

cescontexto

As casas vistas de dentro e de fora

Organização

Carlos Fortuna

Nº 21

Julho, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

Índice

Nota de abertura	3
<i>Carlos Fortuna</i>	
As casas em dois sentidos	4
<i>Madalena Duarte</i>	
Violência dentro das casas	8
<i>Sílvia Portugal</i>	
O cuidado em casa e o cuidado da casa	16
<i>Carolina Anselmo</i>	
Mudar de casa	19
<i>Bruno Franco Alves</i>	
Conexões Público-Privado	24
<i>Violeta Rodríguez</i>	
Morar fora de casa: uma experiência de resistência no Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade do México	28
<i>Rómulo Oliveira</i>	
Janela de classe e o olhar no olho da casa	33
<i>Adelino Gonçalves</i>	
O(s) lado(s) de fora da casa	43
<i>José Manuel Mendes</i>	
Os “sem-casa”... e depois?	46
<i>Graça Índias Cordeiro</i>	
A rua e a casa, que relação?	49
<i>Paulo Peixoto</i>	
A casa despida	53

Nota de abertura

É uma enorme satisfação abrir este dia de reflexão sociológica, cruzada com outras visões ou orientações, sobre “As casas vistas por dentro e por fora”. Inserida na 20ª Semana Cultural de Universidade de Coimbra, esta primeira sessão como as duas seguintes vão dar-nos suficiente matéria para equacionar as diversíssimas variantes em que a “casa” se revela enquanto oikosesfera – espaço de interação social interna –, mas também como feixe de relações exodomésticas ou espaço arquitetónico com modulações várias.

Se a isto juntarmos escalas históricas e geográficas diversas, as “casas” de que vamos falar durante todo o dia revelar-se-ão autênticos factos sociais globais ao estilo que Marcel Mauss glosou para sugerir como o ínfimo pode conter o mundo. Tudo isto nos diz respeito neste dia de discussão. Por isso, não surpreenderá que nas intervenções de hoje perpassa uma aproximação à familiar “casa portuguesa, com certeza”, mas também a outras “casas” inesperadas e impensadas, onde só é possível entrar em pensamento.

Começaremos com uma reflexão sobre o que passa “dentro” de casa. Sim, a violência doméstica de todos os dias, mas também o cuidar da casa e de outros dentro dela. Passaremos, de seguida, a discutir o compromisso ambíguo da casa com os seus “dentros” e os seus “foras”. Os seus desfechos são indeterminados, ao ponto de tornar legítimo perguntar se se pode sair para dentro das casas ou entrar para fora delas? Terminaremos com uma discussão acerca da casa vista de “fora” e como ela se pode, sem paredes nem fronteiras, transfigurar no seu próprio exterior intruso.

Caros e caras colegas, cumprimento-vos com alegria. Do mesmo modo que cumprimento a Vice-Reitoria para a Cultura da UC, a FEUC e o CES que apadrinham este dia de abordagem sociocultural das casas. A eles junto a menção habitual ao Doutoramento em Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas que é o grande abrigo onde nos reunimos hoje.

Carlos Fortuna

As casas em dois sentidos

Carlos Fortuna, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra
cjfortuna@gmail.com

Oh as casas as casas as casas
as casas nascem vivem e morrem
Enquanto vivas distinguem-se umas das outras
distinguem-se designadamente pelo cheiro
variam até de sala pra sala

Ruy Belo, Oh as casas as casas as casas

Todos os Poemas
Lisboa, Assírio & Alvim, 2000

Nesta intervenção farei uma breve alusão à casa a partir da aproximação de duas dimensões sensoriais particulares: a visão e a audição. A inspiração para tal decorre do próprio poeta Ruy Belo que no seu *Oh as casas as casas as casas* reconhece – em boa hora adotado como marca inspiradora desta 20ª Semana Cultural de UC – que é sensorial a marca distintiva de umas e de outras casas.

Começarei por fazer notar a importância da dimensão sociocomunicativa trazida pela introdução da televisão no espaço doméstico que continua objeto de escassos trabalhos sobre o impacto televisivo no desenrolar das sociabilidades e das interações sociais em espaços restritos.

A casa e o sentido da visão

Como regra da sua relação com a casa, a TV surge um intruso que atrai as atenções da comunidade familiar e condiciona o comportamento dos seus membros. Trata-se de uma réplica do que antes teria originado uma primeira geração de instrumentos tecnológicos como o telefone e a rádio. Introduziram uma relação de abertura inesperada ao exterior que converteu a casa a um lugar de experimentação de uma cultura cosmopolita.

É nesta base que surge a ideia de casa como oxímoro, ou seja, entendida como “casa total”, a fazer ressoar o que Marshall Macluhan havia designado por “aldeia global”.

A TV, com a sua abertura da casa ao mundo, fez diminuir o entendimento da casa como microespaço de recato familiar. Gradualmente, e de forma muito acentuada a partir da década de 1980, a ideia casa-fortaleza foi substituída por uma outra: a da *casa-fraqueza*. Esta última assenta na contínua “entrada” em casa da segunda geração de dispositivos de comunicação (computador, telemóvel, internet, e seus derivados comunicacionais) que, se assim se pode dizer, fizeram com que o íntimo e familiar se pudesse agora desenrolar à vista de todos. Assim ocorreu pelo menos na larga maioria das casas de classe média.

Nestas, o consumo doméstico da TV veio causar uma profunda transformação do espaço da casa. O sinal mais relevante dessa transformação reside na necessidade de criar espaço para a TV, de modo a que todos os membros família pudessem usufruir daquela novidade em simultâneo. O resultado foi o surgimento da “sala da televisão”, e o seu rearranjo espacial

interno. Anteriormente ao surgimento do aparelho de TV, a função recreativa da família desenrolava-se na “sala de estar” com uma configuração própria – cadeiras em redor de uma mesa central – destinada a colocar uns em frente dos outros, numa relação direta face-a-face em que decorria a conversação familiar.



Fig. 1 - “Sala de estar” anterior à TV

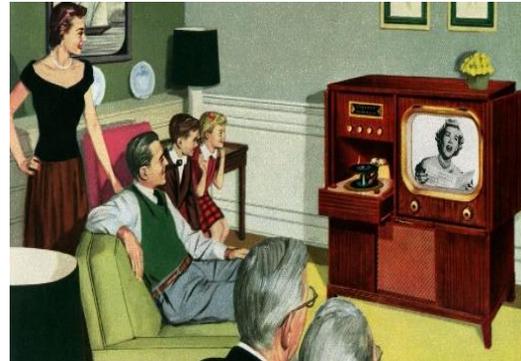


Fig. 2 - “Sala da televisão”

O advento da TV alterou esta disposição física dos membros da família, já que o novo aparelho veio conquistar a centralidade posicional para ficar ao alcance da visão de toda a gente. Cadeiras e sofás passaram a estar alinhados lado a lado, para facilitar o visionamento, em resultado do que as pessoas abdicaram de se olhar de modo frontal e passaram a olhar-se de relance, exercitando a sua visão periférica, em sinal (involuntário?) de desatenção interpessoal, dada a proeminência espacial estratégica do “aparelho”.

Esta centralidade estratégica da TV não era apenas espacial, já que a imagem-som da televisão ganha proeminência e marginaliza os temas domésticos que antes imperavam (a escola do filho, o emprego do pai, a doença da avó, etc...). Agora é o mundo lá fora, as suas imagens e relatos, que comanda e dirige a cadência e a vivência familiares que, deste modo, se revela, como nunca, permeável ao exterior.

Este “frio” e a distância crescentes do relacionamento intra-familiar que a TV provocou haveria de ser reforçado com o acesso aos novos dispositivos de comunicação. À medida que aumentava a área média dos apartamentos de classe média, multiplicavam-se as divisões internas – o quarto do filho, da filha, dos pais, dos avós – e singularizavam-se as funções de cada uma, em detrimento das anteriores funções partilhadas pelo coletivo familiar. Em especial os quartos dos jovens tornam-se verdadeiras fortalezas, onde se isolam para comunicar com o mundo lá de fora. Encontramos aqui uma outra ambiguidade dentro da casa: o isolamento pessoal entendido como pré-condição da possível comunicação social com outros.

É sobejamente conhecida a crítica que este isolamento dos jovens em casa tem gerado: quebra de laços, hiper-individualismo, atomismo excessivo, perda de competências comunicativas, etc. No fundo, não se distingue de forma essencial da avaliação crítica que a sociologia fez sobre os primórdios da busca da afirmação individual dos sujeitos na modernidade, quer se trate da fuga à “tirania da comunidade” como estratégia de afirmação da individualidade de que fala Richard Sennett, quer da clássica “multidão de isolados” (*The lonely crowd*), abordada por David Riesman no dealbar da sociedade de massas.

Tenho sustentado que este refúgio dos jovens no seu espaço íntimo dentro de casa revela uma natureza diferente do convencional entendimento que tende a atribuir-lhe um sentido de

puro individualismo e isolamento. De modo muito breve, direi que esta fuga expressa antes uma escolha preferencial de um grupo social em vez de outro, uma deslocação da família para os amigos virtuais. Quero admitir com isto que o isolamento deliberado dos jovens de hoje pode conter um capital renovado de experiência social e de abertura ao mundo que tem sido negligenciado ou incompreendido. A hipótese que gosto de alimentar é a de que, encerrados nos seus quartos, os jovens de hoje, possam estar a manipular com inusitada e reconhecida mestria os dispositivos comunicacionais (computador, vídeo, *smartphones*, *tablets*, *twitter*, *facebook*, *instagram*) que os ligam intensamente a outros e possam estar, assim, a cerzir um novo e insuspeitado ethos cosmopolita e progressista. Quiçá um ethos transclassista, feito de distâncias tornadas próximas, em tudo semelhante ao que alguns sociólogos chamam “políticas de piedade”.

A casa e o sentido da audição

Estar “dentro” de casa é, ou pode ser, como outros/as participantes irão mostrar nestas sessões, equivalente a estar “fora”, no espaço público das ruas e praças e das interações múltiplas. Isso tem muito que ver com a função da TV, no decurso das últimas seis ou sete décadas. Na linguagem que venho a utilizar dir-se-ia que a “casa” deixou de ser a impenetrável *fortaleza* como se imaginou outrora. Se insistirmos na lógica do sensorial, o que antes se disse da TV como dispositivo visual, pode complexificar-se se convertermos o mesmo aparelho não em dispositivo gerador de imagens, mas em dispositivo auditivo, que capta pelo que comunica sonoramente.

Vamos por partes. Desde há quase duzentos anos que as paisagens sonoras penetram, imperturbável, o suposto recatado silêncio do domicílio. A irritação de vários setores sociais europeus bem-pensantes com o ruído urbano encontra-se devidamente documentada: filósofos que condenam a atroz sonoridade do chicote vibrado pelos carroceiros sobre os animais das carroças que passam; burgueses que incriminam os ruídos provocados por populares para tornarem reconhecida a sua existência; políticos que denegam os pregões do negócio popular de rua; empresários que inventam soluções contra as infiltrações sonoras oriundas da rua... Ao contrário deste mal-estar social, no campo das artes encontram-se sinais de profunda complacência com os novos ruídos urbanos. Os futuristas de princípios e meados do séc. XX, foram os que mais aclamaram a chegada do ruído metálico causado pela indústria e os transportes modernos. Uns, como Luigi Russolo no seu *L'arte dei Rumori*, procuraram imitá-lo musicalmente como sinal de aclamação dos tempos vindouros. Outros, como Umberto Boccioni, tentaram pintar os ruídos da rua e a sua imparável entrada em casa como frenético e disforme articulado de cores. Entre nós, deve-se ao Álvaro de Campos da *Ode Triunfal* um dos mais erotizados cânticos ao ruído mecânico em que o poeta aspira ser possuído por ruidosas rodas, máquinas e motores.

Quero com isto referir-me à pouco celebrada sonoridade da TV enquanto dispositivo doméstico. Na verdade, não é apenas o visionamento das imagens televisivas que está em causa. É também o modo, digamos alternativo, como nos entregamos à imagem da TV em casa. Ver televisão pelo “canto do olho” é uma forma expedita de reclassificar o lugar da televisão no espaço doméstico. Com este olhar a TV de



Fig. 3 - “La strada entra nella casa”
Umberto Boccioni (1911)

relance, deslocamo-nos da imagem para o enunciado sonoro que emite e fundimos os sentidos da visão com o da audição. É corrente que no desenrolar de muitas atividades domésticas a que nos entregamos deixemos a TV ligada. Dela recebemos apenas o som enquanto nos dedicamos a atividades outras. É absorvido com a mesma passividade relativa com que se liga o rádio a conduzir o automóvel ou a estudar. Só quando, pontualmente, o som da TV nos faz despertar para o conteúdo da notícia é que olhamos atentos para a imagem projetada. O som claramente domina a imagem, o que é mais uma inesperada ambiguidade que deixo registada: a televisão como objeto sonoro, mais que objeto visual. Com tal metamorfose queremos tão só que o som e os ruídos tele-transmitidos a partir de fora penetrem o domicílio, em manifesta consonância com o que Boccioni retratara. E assim damos como provada a ideia de um disseminado horror social ao silêncio em que a TV tanto se adequa. O ruído *fora* e *dentro* da casa é manifestamente um sinal inelutável da nossa condição atual. Não só da nossa condição social mais geral, mas também da nossa condição particular de animais domésticos, refugiados no aconchegante barulho das nossas casas.

Violência dentro das Casas

Madalena Duarte, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
m.madalenaduarte@gmail.com

O medo do crime é um problema sociológico ao qual tem vindo a ser dada crescente atenção interdisciplinar. A criminologia feminista do século XX desafiou claramente a total natureza masculina das teorias do crime, chamando a atenção à repetida omissão e deturpação das mulheres na teoria criminológica (Chesney-Lind, 2006). Os alertas feministas focaram-se primeiramente na vitimação de mulheres e no silêncio exercido sobre a mesma. É deste modo que encontramos diversos trabalhos nas áreas da agressão e abuso sexual, e violência nas relações de intimidade (e.g., Buzawa e Buzawa, 1990; Estrich, 1987; Rhode, 1997). Estes trabalhos fizeram emergir a consciência que, comparativamente aos homens, não só estatisticamente as mulheres têm uma maior probabilidade de serem vítimas de um qualquer crime, como também que o próprio medo é genderizado, isto é, as mulheres têm mais receio de serem vítimas de crime (em particular de crimes violentos e crimes sexuais).

Neste breve ensaio procura-se refletir sobre estas questões abordadas pela criminologia feminista com as lentes da sociologia do espaço, conceito de Simmel, nomeadamente abordando as geografias do crime. Como estudo de caso, em jeito de contextualização das pistas reflexivas apresentadas, seleccionou-se a violência nas relações de intimidade.

Das geografias do crime às geografias do medo das mulheres

As geografias sociais do medo das mulheres (Pain, 1997; Hille, 1999) constituem um campo ainda parcamente estudado no âmbito das criminologias e relativamente negligenciado para os feminismos que trabalham sobre a violência exercida contra mulheres nas relações de intimidade. Entre outras razões, tal deve-se ao enfoque dessas geografias no espaço público. Obviamente que, ainda assim, as pistas dadas por essa literatura são de enorme relevância, denotando o modo como há uma “expressão espacial do patriarcado” (Valentine, 1989) que remete as mulheres para papéis e lugares estereotipados, e que, no que concerne ao medo, influenciam a perceção das mulheres¹ quanto aos riscos que correm, ao modo como se devem proteger, e, portanto, persuadem a sua experiência do medo. A título de exemplo, refira-se a acrescida insegurança que sentem em bairros conhecidos por um significativo índice de criminalidade, ruas escuras ou desertas, zonas onde há uma grande concentração de homens e uma quase total ausência de mulheres e nos espaços públicos durante a noite.

Supõe-se, conseqüentemente, que a perceção social do medo seja dirimida quando estas mulheres chegam a casa, ao seu espaço privado, um local tido como seguro. Contudo, para muitas mulheres, as suas casas, com o ideal romântico da privacidade, podem ser mais

¹ Independentemente de as mulheres de classes sociais mais baixas tenderem, em geral, a sofrer mais violência, numa intersecção entre classe social e género, como Crenshaw (1991) argumenta, também teremos de ter em consideração que as experiências de medo vivenciadas por mulheres pobres e a sua capacidade de lidar com tais situações poderão ser diferentes daquelas das mulheres com mais recursos e redes sociais mais influentes. Outras variáveis podem ainda ser consideradas, como nacionalidade, etnia, religião, etc..

perigosas do que qualquer espaço público. A violência contra as mulheres nas relações de intimidade é paradigmática destas ténues fronteiras entre o público e o privado.

A violência nas relações de intimidade: os muros do espaço privado

A distinção habermasiana entre esfera pública e esfera privada – para vários autores (e.g. Bobbio, 1992: 13) marcante dos vários processos da organização das sociedades na modernidade ocidental –, consiste em considerar "o privado" como uma ou várias esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência, sobretudo estatais, em relação à liberdade requerem uma justificação especial (aqui falamos essencialmente da família); e "o público" como uma esfera geralmente ou justificadamente mais acessível e, por isso, de fácil intervenção. Muitos teóricos políticos, nomeadamente os "contratualistas," assumiram estas duas esferas como separadas e operando segundo princípios diferenciados. Ao fazê-lo, estes "teóricos elaboram argumentos explícitos sobre a família, e alguns relacionados à natureza da mulher" (Olkin, 2008: 308).

A sociedade civil moderna, já distinta da concebida por Locke ou Rousseau, não é estruturada pelo parentesco nem pelo poder do paternalismo; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens por serem mulheres. A passagem das famílias paternas para as famílias conjugais modernas pressupõe que se considerasse necessariamente o contrato de casamento como parte integrante do contrato original (Pateman, 1988). Deste modo, no espaço doméstico a forma institucional privilegiada é o casamento e a família e as diferenças sexuais e geracionais são as mais prementes. Como nos elucida Anália Torres, elaborando uma análise a partir da perspectiva durkhemiana de família, o casamento implica uma ideia de autonomia e de uma subdivisão tácita do direito à privacidade entre aquilo que é a preservação da intimidade, do pudor, da vergonha, e a necessidade de proteção dos mais frágeis, usando a expressão da autora (Torres, 2001: 15).

Ora, como elucida a análise histórico-jurídica de Reva Siegel (1996), a perda de legitimidade do direito a bater na mulher, dominante até ao século XIX, foi substituída progressivamente precisamente pela afirmação do direito à privacidade, emergindo a intimidade afetiva como uma retórica adequada para legitimar a impunidade da violência nos tempos modernos. Predominava a *rule of love*:

Estes juristas (...) abandonaram a ideia de hierarquia e começaram a usar a ideia de interioridade para descrever a relação de casamento (...) invocando os sentimentos e espaços de domesticidade. Depois de traduzido de uma linguagem antiquada para uma linguagem mais contemporânea de género, a justificação do Estado para o tratamento diferenciado da violência doméstica de outros tipos de abusos pareceu razoável (...). (Siegel, 1996: 2120)

Os argumentos de harmonia familiar e proteção de sentimentos, abrigados sob o chapéu do direito à privacidade, subsistiram ao longo da história como justificação para a ausência de uma intervenção protetora das mulheres por parte do Estado contra a violência doméstica, contra a violação no casamento, ao mesmo tempo que não se reconhecia mais ao homem o direito de exercer tal violência (Siegel, 1996; Schneider, 2002).

Deste modo, talvez um dos mais importantes aspetos da crítica feita pelo feminismo radical assente na reconstrução da teoria política e, necessariamente, numa problematização desta dicotomia. Como referiu Pateman, "a separação e a oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberal [...] é, em última análise, aquilo a que se refere o movimento feminista" (1983: 281). Assim, numa tentativa de politizar o pessoal, as feministas, sobretudo radicais, procuraram demonstrar que o poder e as práticas políticas e económicas estão estritamente relacionados com as estruturas e práticas da esfera doméstica e

que, conseqüentemente, a injustiça das leis existentes se deve a uma estrutura omnipresente da dominação masculina – patriarcado - que começa no espaço privado e se expande para a esfera pública e instituições políticas. A bandeira feminista "o pessoal é político"² surge historicamente, entre outras reivindicações, para proteger as mulheres da impunidade da violência sofrida pelos homens no espaço privado.

“Lar, doce lar”: espaços de violência dentro de casa

Na língua inglesa distingue-se *house* e *home*, palavras que em português corresponderiam a casa e lar. Se bem que casa pode remeter para uma construção material e lar para uma construção simbólica, erigida por princípios e valores (conceito que tem raízes sólidas no Estado Novo, inclusive na letra da lei), ambas são usualmente usadas como sinónimos. Mas, efetivamente, lar, tal como home, são realidades mais idealizadas. Na verdade, e utilizando algo da poética do espaço interior de Bachelard (1974), o lar (embora o autor se refira a casa) é um espaço prenhe de representações simbólicas, no qual se pretende refletir uma identidade (seja como indivíduos isolados, seja como casal ou família mais alargada) que provoque sentimentos no presente, evoque experiências passadas, construindo memórias afetivas, e crie expectativas futuras:

A casa, além de proteção, é essencialmente lugar de devaneio e cada lugarzinho é um universo inteiro de intimidades, segredos. Pois todo o espaço é espaço vivido. E o vivido contém os nossos dramas reais, mas principalmente o imaginário. A casa é sempre sonhada, é um estado de alma. Desse modo, a casa deve ser considerada não como um lugar, mas como uma alegoria do sujeito. A casa é a própria pessoa. (Couto, 2010: 209)

Mas se Bachelard olha para os espaços interiores quase exclusivamente como espaços felizes, a violência doméstica (num sentido mais abrangente, incluindo abusos sobre pessoas idosas ou crianças) ou nas relações de intimidade, torna evidente que estes também podem tornar-se espaços hostis e “interiorizar”/ “domesticizar” as geografias do medo. Por isso, quando surgem casos de violência no lar, a sua imagem romanticizada fica abalada no imaginário individual, mas também coletivo, enquanto representação social.

De forma a melhor ilustrar este ponto, optei por recorrer a excertos de entrevistas³ realizadas com mulheres vítimas de violência numa relação de intimidade, procurando encontrar ligações entre os espaços, a violência sofrida, mas também as estratégias de negociação, resistência e sobrevivência desenvolvidas nesses mesmos espaços.

Nas narrativas de algumas mulheres encontramos determinados lugares interiores e/ou sons, associados à chegada quotidiana do agressor e, portanto, à instalação de uma rotina no tempo e no espaço do medo:

A nossa casa tinha dois andares e os quartos, os nossos e os dos dois rapazes, eram na parte de cima, e eu lembro-me sempre que, quando chegava às dez, onze da noite – porque ele a dada altura já nem durante a semana jantava em casa – já estávamos nós nos quartos. Eles com as portas trancadas. Eu não podia trancar a minha porque o quarto também era dele, e quando o sentíamos a subir as escadas... era como se

² Este slogan tem correspondência com "o económico é político" enquanto afirmação central ao desafio que a esquerda coloca ao liberalismo.

³ As entrevistas foram feitas no âmbito da tese de doutoramento por mim realizada, “Por um direito sem margens: o papel do direito na violência contra as mulheres”, e do projeto “Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica”, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As entrevistas, com duração média aproximada entre três e quatro horas, foram realizadas entre Janeiro de 2008 e Dezembro de 2011, a mulheres com idades, nacionalidades, classe social e origem geográfica diferenciadas. Os nomes destas mulheres são fictícios.

fosse um ladrão. Se calhar, digo-lhe sinceramente, tinha menos medo se fosse um ladrão. Ele fazia barulho a subir as escadas de propósito para nos aterrorizar. (Francisca, 61 anos)

Noutros discursos, é possível verificar uma imagem distorcida de alguns espaços onde, para algumas mulheres, a violência sofrida foi, por razões que são suas, mais dolorosa e marcada nos seus discursos. O quarto, espaço de intimidade por excelência do casal, é o lugar da casa mais evidenciado:

Como tive os dois abortos, acabei por não ter filhos, não me apeguei a nada daquela casa e não quis voltar para lá. Quis esquecer a raiva, a ele, tudo. (...) Onde eu sofri mais foi no nosso quarto que é onde o casal supostamente deve ser mais feliz, não é? É o único espaço mais, digamos assim, dos dois. Mas aquilo... Ele dizia que eu não prestava para nada, “Tu és uma porcaria, tu nem te sabes arranjar, até tenho nojo de ti”. Ele dizia muitas vezes que tinha nojo de mim. E pronto, era um viver muito mau. Ele chegava a casa nem “bom dia”, nem “boa tarde”, nem um beijo. Nada. Eu dizia que ele não gostava de mim. Mesmo no relacionamento íntimo eu via que ele também não gostava de mim. Eu cheguei a fazer coisas, tudo por tudo, que nunca tinha feito na minha vida ... comprar lingerie daquelas, pronto, que qualquer homem gosta e ele: tu não prestas. E eu senti-me muito deprimida. [...] Por isso psicologicamente ... era ao ponto de me dizer “Tu metes-me nojo dos pés à cabeça! Tu és um monstro. Tu és uma nojenta. Tu és uma porcaria.” – tudo assim do pior mesmo! (Joana, 44 anos)

Já éramos casados [...] ele saía com os amigos, ia para discotecas e eu ficava sozinha durante a noite com o meu menino. E a minha mãe dizia-me que aquilo não era vida, um homem casado até às tantas da noite... A minha mãe dizia-me, mas eu defendia-o e dizia que tinha ido sair com os amigos, mas eu dizia-lhe a ele que não era justo, que eu também era nova e também gostava de sair e de conviver. E ele dizia-me que eu era gorda e que tinha de ficar em casa, que em casa era o meu lugar. E eu ficava ali, no quarto, toda a noite, sozinha. Todas as noites. (Alice, 53 anos)

Ele quando tinha aquelas venetas dele, ele espadeirava cadeira, sofás, rebentava com as portas, não me deixava dormir, beliscava-me toda para eu não dormir, nem me deixava descansar a mim nem deixava descansar os filhos. (...) Deixámos de dormir no quarto, os meninos eram pequeninos ainda, porque de noite ninguém parava, e o nosso sítio de dormir era na sala, quando ele ia de manhã para a fábrica. (Ana, 26 anos)

Obviamente que o quarto foi, nas histórias de algumas mulheres entrevistadas, lugar também de violência sexual. Mas a impossibilidade do quarto do casal enquanto lugar de construção de uma intimidade previsível parece surgir como uma violência *per se*.

Noutras entrevistas foram perceptíveis as múltiplas estratégias desenvolvidas pelas mulheres, quer de sobrevivência, quer de escape à violência (que, não raras vezes, tinha de ser planeado). Rotinas relacionadas com espaços que tiveram de ser alteradas, como vimos no caso de Ana, que passou a dormir na sala, mas também objetos que passaram a ser escondidos, salas esvaziadas, casas silenciadas para não incomodar o agressor ou alertar a vizinhança:

Eu fui casada durante 14 anos e nesse tempo fui sempre vítima de violência doméstica, até que cheguei a um ponto que já não aguentei mais. No namoro as coisas correram bem, depois no casamento é que as coisas se complicaram. Casei com 16 anos, eu estava cega. Ele era mais velho do que eu cinco anos. Eu sempre me gostei de arranjar para ele, pôr-me bonita, sabe? E lá me pintava na casa de banho. Ao início, ele gostava. Depois, começou a ficar com ciúmes. Um dia, íamos sair, ele entra pela casa banho, estava eu a pentear-me... Estava grávida de 6 meses, a minha cara ficou... a menina sabe o que é um bicho? A cara toda inchada, toda cheia de hematomas, nem conseguia abrir os olhos, eles tiraram-me fotos, eu quando vi uma foto de como estava até me assustei com a cara que tinha... O procurador mostrou-me essa foto e eu disse: “credo, eu sou um bicho”, estava horrorosa. Quando cheguei a casa a primeira coisa que eu fiz foi tirar o espelho da casa de banho. Até de lá sair, nunca mais teve espelho aquela casa de banho. (Maria, 44 anos)

Quando arrendámos a nossa casa, decorei-a com muito gosto e, se calhar é um defeito meu, mas eu tinha muita coisa, muita quinquilharia como se diz, sobretudo na sala, mas na cozinha também, também coisas

que me foram dando. Antes de me começar a bater a mim, houve um tempo que ele partia as coisas que eu mais gostava. [...] Depois, batia-me, maltratava-me, batia-me com todos os objetos que vinham à mão, candeeiro, cadeiras, estragou um rádio que me atirou, mas bateu na porta, tudo o que houvesse, mas ele batia-me com o objetivo de me matar. Comecei a tirar tudo de lá. A sala já só tinha a televisão, os sofás e pouco mais. (Dora, 37 anos)

Isso ele nunca fez [bater]. A violência que ele exerceu sobre mim foi sempre psicológica e começou quando fui promovida no emprego. [...] Há coisas que tiveram de mudar até nos divorciarmos. Eu exigi que ele não dormisse no meu quarto (veja que estou a dizer meu e não nosso) e eu deixei de tomar pequeno almoço sentada na cozinha, mas em pé e de frente para a porta. Porque ele, mais do que uma vez, antes de eu sair para o trabalho, quando sabia que tinha alguma reunião, veio por trás de mim e rebentou um pacote de leite e cima de mim ou despejou café para eu chegar atrasada. (Catarina, 42 anos)

Os casos de violência relatados por estas e outras mulheres revelam que da violência sofrida dentro de casa emergem, pelo menos, duas contingências: ou quem sofre violência constrói um processo de rutura com a casa enquanto sua alegoria (e, não seguem na esteira de Borges quando inicia o seu poema “A Elegia da lembrança impossível”, ao dizer “o que não daria eu pela memória”); ou sabe que tem de sair daquela casa para escapar à violência que lhe é infligida.

Geografias da Violência Doméstica

Alguns autores e autoras falam-nos de Geografias da Violência Doméstica (e.g. Warrington, 2002) para explicar que muitas mulheres que fogem de suas casas (ou cuja única solução institucional que lhes é oferecida é a saída das suas casas) para escapar a uma situação de violência, acabam por ir para espaços onde continuam a viver de modo muito restritivo. Tal pode dever-se, é certo, à proximidade ameaçadora do agressor – que impossibilita que fiquem junto daquelas pessoas que lhes são mais próximas –; e do papel das “terceiras partes” para recuperar aqui o conceito de Renate Klein (1998), como família, vizinhos/as, amigos/as ou colegas de trabalho, que podem incentivar ou constranger a denúncia, e no apoio dado, ou não, durante a sua trajetória de escape. Mas prende-se, igualmente, com os espaços institucionais – chamados Casas Abrigo – que são disponibilizados a essas mulheres e que deveriam ser, por princípio, o último reduto para uma vítima de violência doméstica (como indica o Esquema 1).

Esquema 1



Não cabe aqui falar dos vários problemas inerentes a esses espaços institucionais (e aos das organizações governamentais e não governamentais com os quais se articulam) e que devem ser discutidos em termos de políticas públicas (ver Santos et al, 2012). Apenas sublinhar que estes são, compreensivelmente, espaços estranhos a estas mulheres, na sua dimensão física, mas também simbólica. Espaços que se apresentam com regras, com pessoas que não fazem parte do seu círculo íntimo, com hierarquias, sem memórias, com um presente receoso e com um futuro incerto. As entrevistas de mulheres que passaram por estes espaços mostram testemunhos muito diversos e várias passaram, ao longo da sua trajetória de escape à violência, por mais do que uma casa abrigo. Refira-se a título de exemplo duas experiências significativamente distintas:

Não, tenho um quarto só para mim. Onde estamos tem um quarto por família, se for uma mãe com 3 filhos é um quarto para a mãe para os 3 filhos, para mim também, estou só eu. Ainda bem que tenho um quarto só para mim, quando posso fechar a porta e pensar: “estou no meu quarto, estou sozinha”, dá para desligar um bocadinho. (Paula, 41 anos)

Quando entrei, até me assustei com as condições (...). Parecia uma vivenda com dois pisos, uma casa de banho para cada andar, 4 quartos em cima, em cada quarto duas camas para duas famílias. Eu estive num quarto com duas crianças e do meu lado, outra senhora com duas crianças. Uma casa de banho para 4 quartos, 7 ou 8 famílias para essa casa de banho. Estive aí 2 meses, graças a deus saí de lá. (...) Lá era assim: às 6 horas tinha de acordar para tomar banho, como era só uma casa de banho, imagina todos... Depois, a cozinha era numa garagem grande. Não deixavam ficar no quarto, no quarto era só a partir das 10 horas da noite para dormir, com as luzes apagadas e pronto. Não podíamos estar no quarto durante o dia, nem quando as crianças estavam doentes, nem nada. No inverno era frio. Naquela cozinha, naquela garagem, pingava, cheirava horrivelmente; sentadas lá no sofá sem fazer nada, pingava em cima de nós, em cima da comida, tudo molhado... (Susana, 33 anos)

A identificação de experiências tão diferentes, não obstante a existência de um regulamento nacional destes espaços, merece considerações em termos do foco em que incide este ensaio.

As mulheres continuam a ser objeto de um poder patriarcal pré-moderno, usando o termo de Foucault, ao serem vítimas de violência por parte dos homens e, apesar de atualmente já poderem recorrer a instâncias soberanas (e.g. polícias e tribunais) e espaços de acolhimento (casas-abrigo) para obter proteção e justiça, não raras vezes acabam por ser revitimadas. Mas este poder pré-moderno caminha em paralelo com uma modernização do poder, muito próxima daquela que também Foucault nos oferece; isto é, o poder violento, pessoal e visível do patriarcado tem sido progressivamente acompanhado (o autor diria substituído) pelo mais anónimo, invisível e, num certo sentido, compreensível poder disciplinar das instituições e suas práticas. Numa lógica institucional pouco flexível, e por agora exclusivamente numa perspetiva da sociologia do espaço, a casa-lar que se torna palco de memórias de violência física, psicológica, sexual, verbal, pode não estar muito distante da casa-abrigo que promove a violência-institucional. Neste sentido, será de refletir, se no âmbito da violência doméstica, a violência dentro das casas encontra eco numa adaptação do *great carceral continuum* de Foucault (2013).

Referências bibliográficas

- Bachelard, Gaston (2008), *A Poética do Espaço*. [2ª Edição] São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, Norberto (1992), *A Era dos Direitos*. Brasil: Editora Campos.
- Buzawa, Eve S.; Buzawa, Carl G. (1990), *Domestic Violence. The Criminal Justice Response*. Newbury Park, CA: Sage.
- Chesney-Lind, Meda (2006), “Patriarchy, Crime, and Justice: Feminist Criminology in an Era of Backlash”, *Feminist Criminology*, 1(1), 6-26.
- Couto, Edvaldo Sousa (2010), “Fisiognomias do interiúr: aproximações entre Benjamin e Bachelard”, in Sant’Anna, Catarina (org.), *Para ler Gaston Bachelard*. Salvador: EDUFBA 199-214.
- Crenshaw, Kimberlé W. (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- Estrich, Susan (1987), *Real Rape*. Cambridge: Harvard University Press.
- Foucault, Michel (2013), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70.
- Hille, Koskela (2016), “‘gendered exclusions’: women's fear of violence and changing relations to space”, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 81:2, 111-124.
- Klein, Renate (org.) (1998), *Multidisciplinary Perspectives on Family Violence*. London: Routledge, 176-191.
- Okin, Susan (1989), *Justice, gender and the family*. Princeton: Basic Books.
- Okin, Susan (2008), “Gênero, o público e o privado”, *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332.
- Pain, Rachel H. (1997), “Social Geographies of Women's Fear of Crime”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (2), 231-244.
- Pateman, Carole (1988), *The Sexual Contract*. Oxford: Basil Blackwell Ltd.
- Pateman, Carole (1983) "Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy", in Benn, Stanley I.; Gaus, Gerald F. (eds.), *Public and Private in Social Life*. London: Croom Helm. 304-305.
- Rhode, Deborah (1997) *Speaking of Sex: the denial of gender inequality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Santos, Boaventura de Sousa; Duarte, Madalena; Oliveira, Ana; Santos, Cecília; Dias, João Paulo (2012), *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres em situação de violência doméstica*. Coimbra: CES.

Schneider, Elizabeth (2002), *Battered women and feminist lawmaking*. New Haven, Conn: Yale University Press.

Siegel, Reva B. (1996), "The Rule of Love: Wife Beating as Prerogative and Privacy", *Faculty Scholarship Series. Paper 1092*, disponível em http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2092&context=fss_papers.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.

Valentine, Gill (1989) "The Geography of Women's Fear", *Area*, 21(4), 385-390.

Warrington, Molly (2001), "'I must get out': the geographies of domestic violence", *Transactions*, 26, 365-382.

O cuidado em casa e o cuidado da casa

Sílvia Portugal, Centro de estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
sp@fe.uc.pt

1. O cuidado

Falar sobre o cuidado e a casa implica colocar algumas questões simples: O que é o cuidado? Quem cuida e quem é cuidado? Onde se cuida? Como se cuida? Porque se cuida?

O que é o cuidado?

Uma consulta rápida on-line ao Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://www.priberam.pt/dlpo/cuidado>) obtém os seguintes resultados: *Substantivo masculino* 1. cautela, precaução; 2. inquietação; 3. diligência; desvelo. *Interjeição* expressão usada para pedir advertência ou cautela em relação a algo = Atenção!. *Verbo transitivo* 1. Imaginar; supor; pensar; 2. Ter cuidado em; tratar de. *Verbo intransitivo* Interessar-se por; trabalhar.

As definições do Dicionário dão conta dos diferentes elementos que fazem do cuidado um objecto complexo: acções, pensamentos, sentimentos, emoções, tarefas, actividades, trabalho.

Olhar o cuidado, considerando essa complexidade e mostrando (in)visibilidades, dentro e fora de casa, deve muito ao pensamento feminista e, mais recentemente, ao que podemos denominar como “paradigma do cuidado”: uma abordagem sociológica e filosófica que analisa e reflecte simultaneamente sobre *praxis* e pensamento, sobre acção e emoção.

Autoras como Carol Gilligan, Joan Tronto, Patricia Paperman, Sandra Laugier, Pascale Moulinier trouxeram para o centro dos debates a importância dos laços sociais e das relações pessoais para a reflexão acerca das tarefas de cuidado. As autoras feministas mostraram como a “ética do cuidado” tece proximidades e constrói conceitos diferentes de ética e de justiça, configurando uma “ética situada”, atenta às características do outro e focada na relação interpessoal.

O trabalho de cuidado é um trabalho árduo, que implica tempo, dedicação, sacrifício. É muitas vezes um trabalho sujo, com cheiros repulsivos, sons desagradáveis, imagens repugnantes. Os sentimentos oscilam entre o amor, a compaixão, a preocupação e a raiva, a incompreensão, o desespero.

Incoerências, incongruências, contradições – a experiência de cuidar e de ser cuidado encontra na figura linguística do paradoxo um elemento analítico essencial.

Quem cuida e quem é cuidado?

A resposta à pergunta “quem cuida?” é óbvia: são as mulheres. As tarefas de cuidado são marcadas por uma profunda desigualdade sexual, que as atribui, nos domínios do simbólico e da prática, às mulheres. Na experiência feminina, o cuidado da casa e dos outros estão intrinsecamente conectados. Como afirma Ann Oakley, a principal característica do trabalho

doméstico é ser um “trabalho de mulheres”. Assume-se à partida que desde que existam mulheres numa casa serão elas a realizá-lo, o pressuposto sendo que as mulheres podem desempenhar essas tarefas naturalmente e os homens não.

Quanto à questão “quem é cuidado?” a resposta é: todos! E não apenas “alguns”, os “vulneráveis” – os doentes, os velhos, as crianças, as pessoas com deficiência. A resposta “todos” implica: a) reconhecer a vulnerabilidade dos seres humanos como parte do seu ciclo de vida e não apenas como resultado de acidentes ou de situações de risco; b) a extensão a não humanos: animais, plantas, objectos (a casa, os móveis, a loiça, o automóvel, etc.).

O paradigma do cuidado valoriza o cuidado, coloca o foco na relação, quebra dicotomias entre os que (não) necessitam. As relações de cuidado são relações de proximidade, muitas vezes relações de parentesco, muitas vezes situadas no espaço doméstico. As relações de cuidado implicam conhecimento, interconhecimento e reconhecimento. Trazem para o centro, a importância dos laços que nos ligam aos outros, mesmo quando contraditórios ou conflituais.

Como e porquê se cuida?

Na casa e da casa cuida-se com base na tradição, no saber apre(e)ndido na experiência, na reprodução de gestos vistos fazer múltiplas vezes. Cuida-se de geração em geração, entre gerações. Cuida-se “dos nossos”, cuida-se “como deve ser”. A praxis alimenta-se do simbólico.

As relações de cuidado alimentam-se da dádiva e da reciprocidade. A tríade identificada por Marcel Mauss – “dar, receber, retribuir” – tem, no cuidado em casa, contornos muito específicos. Na reciprocidade familiar, por um lado, dádiva e retribuição fazem circular e equivaler coisas muito diferentes; por outro lado, entre dom e contra-dom, o tempo pode correr sem que o ciclo se quebre.

Na reciprocidade familiar não conta o que se troca, nem quando se troca. Nesta dádiva, o tempo conta tanto menos quanto mais se confia no outro. Mediada pela afectividade e pela confiança, a reciprocidade realiza-se muitas vezes à “escala de uma vida” e transforma o apoio numa espécie de “crédito a longo prazo” que não necessita de ser retribuído no imediato, nem de ser simétrico: o contra-dom pode vir muito mais tarde ou mesmo ser destinado a outra pessoa.

Por um lado, nesta concepção inscreve-se uma ideia clara da evolução das posições de receptor e de dador ao longo da vida, de pais e filhos. Na infância e juventude, os filhos são apenas receptores, na idade adulta são receptores e dadores, de uma forma assimétrica, até que os pais atingem a velhice, e nessa altura passam estes a ser os receptores. Por outro lado, são contempladas pessoas que não têm possibilidade de reciprocidade e que serão sempre receptoras.

As relações de cuidado são também relações onde se jogam relações de poder e de dominação. O cuidado em casa é acompanhado por aquilo a que Claude Martin chama “direito de intromissão”, que contrasta com princípios de autonomia e de independência. Assim, este revela-se um domínio de tensão, dado que entram em cena normas conflitantes, de individualidade, de liberdade e de obrigação.

2. A casa e o cuidado

Olhar o cuidado “dentro de casa”, implica, também, ter que olhar para fora dela. Implica integrar uma escala macro e articular escalas analíticas – do micro do espaço doméstico e das

relações familiares, ao transnacional, dos fluxos migratórios de mulheres migrantes desqualificadas, que prestam cuidados a outros em países longínquos dos seus.

Perguntar quem se ocupa de quem e como? Implica pensar a organização social e política das actividades de cuidado, olhar as desigualdades estruturais e as políticas públicas. Ou seja, analisar o modo como as responsabilidades do cuidado são distribuídas e quais os agentes que tomam decisões sobre essas responsabilidades – Estado, mercado, comunidade, família.

O cuidado em casa é também importante para discutir o que Wellman chama a “economia política da comunidade”, ou seja, o lugar das redes pessoais nos sistemas de produção e reprodução social. As mulheres têm, em grande parte, sido utilizadas como “exército de reserva” para a reprodução das famílias, fornecendo, a baixos custos, serviços de qualidade elevada e com grande flexibilidade de utilização, o que se, por um lado, beneficia as famílias, por outro lado, não deixa de beneficiar também as outras esferas de produção de bem-estar, nomeadamente a estatal, aliviando-a de responsabilidades.

A evolução histórica das actividades de cuidado e as transformações económicas e sociais a elas ligadas tiveram três consequências fundamentais: a) a transferência de muitas tarefas de cuidado para “fora da casa” – a educação das crianças; a hospitalização dos doentes; a institucionalização dos velhos, etc.; b) a profissionalização da actividade de cuidado – a passagem da arte clássica de cuidar para as profissões de cuidador/a, num movimento simultâneo de qualificação e distinção do profissional e de desqualificação de quem cuida “dentro de casa” e do trabalho não remunerado das tarefas de cuidado; c) a regulação do que se passa “dentro de casa” – o processo civilizacional de que fala Norbert Elias implicou uma forte “higienização” das condutas domésticas e dos modos de cuidar. Dos ensinamentos da puericultura, estudados por Luc Boltanski nos anos 60, à hegemonia do saber médico no tratamento das doenças, o cuidado na casa tem sido alvo de processos de colonização do privado pelo público.

No entanto, este movimento não se faz sentir sem a persistente resistência das famílias – a recusa da institucionalização dos idosos, o pluralismo terapêutico, as apropriações do espaço doméstico distintas do seu desenho funcional arquitectónico, etc., revelam a continuidade de modos de fazer que nos obrigam a espreitar para dentro de casa, se queremos verdadeiramente conhecer como se cuida nas sociedades contemporâneas.

Mudar de casa

Carolina Anselmo, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
ccanselmo@gmail.com

O que nos leva a mudar de casa? Algumas respostas rápidas, com pouca reflexão logo podem emergir: uma pessoa pode querer morar sozinha, morar com alguém, morar próxima ao local de trabalho, morar com menores custos, morar com mais espaço, mudar de cidade ou mesmo de país. Podemos também pensar que as mudanças nem sempre estão relacionadas a um deslocamento para outros espaços, e sim, a transformações de um espaço. Ou seja, o mudar de casa pode significar mudar a casa: demolir uma parede, trocar um móvel, colocar quadro na parede ou um enfeite em algum canto. Tanto o mudar de casa quanto o mudar a casa pode ser relacionado a transformações para maior acolhimento, descanso ou identificação com o espaço.

Mas por que voltar nossa atenção para um ato tão banal, ou melhor, tão pessoal como esse de mudar de casa? Poderíamos responder essa pergunta trazendo alguns argumentos colocados no texto Padrões de mudanças de casa e eventos de vida – uma análise das carreiras habitacionais, escrito por Magda Nico. A socióloga, ao analisar a sociedade portuguesa, entende que perceber o momento de vida em que as pessoas mudam de casa, a duração e condição de permanência em uma residência ou os eventos que impulsionam as trocas de casa podem contribuir para o estudo de mudanças sociais (Nico, 2014). Fatores como por exemplo a família, o trabalho, a saúde ou envelhecimento podem ser estudados de forma relacionada ao ato de mudar de casa. Mudamos, portanto, por razões privadas e familiares, ou públicas e profissionais.

Fora do contexto europeu, outras análises poderiam ser feitas em situações urbanas diferentes, como por exemplo, as mudanças que acontecerem no Aglomerado da Serra, uma das maiores favelas da cidade de Belo Horizonte, com aproximadamente 50.000 habitantes.¹

O motivo das mudanças de casas que acontecerem ali, no período entre 2006 e 2010,² fugiram ao poder de decisão de cada morador que não tiveram a opção de ir ou ficar. Tal favela passou por obras de reestruturação urbana, parte de um programa chamado Vila Viva,³ que demandou a demolição de muitas casas, seja para abertura de ruas, por precariedade da construção, risco de instabilidade geológica ou mesmo por higienização de algumas áreas e maior controle policial. Explicita-se aqui outro ponto: mudar de casa pode ser uma ação voluntária ou involuntária e essa também é uma categoria a ser analisada quando focamos tal assunto.

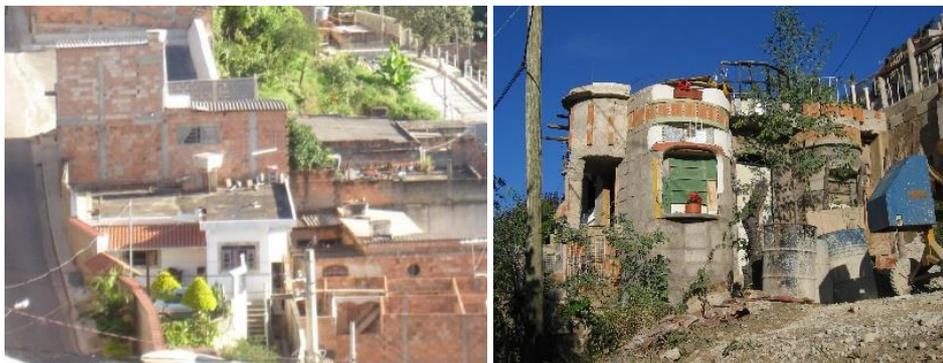
¹ Dados recolhidos em 2010, ano em que a pesquisa no território estava sendo desenvolvida. Ver Anselmo (2011).

² As mudanças de casa estavam relacionadas com um projeto de urbanização que aconteceu em um período mais alargado do que esse. Entre os anos citados (de 2006 e 2010) houve foi uma aproximação minha com parte das pessoas que mudaram de casa.

³ O projeto Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para prática de esporte. O projeto é um seguimento do Plano Global específico que foi um estudo aprofundado da realidade de vilas e favelas de Belo Horizonte realizado em três etapas: levantamento de dados, elaboração de diagnóstico integrado dos principais problemas da área de estudo e definições de prioridades locais. Ambos os projetos são de iniciativa do governo municipal de Belo Horizonte.

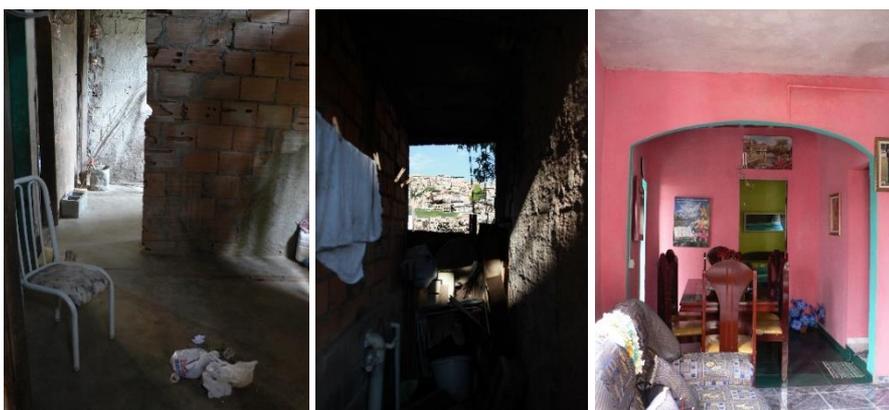
Voltemos então as casas, foco da discussão desse texto. Quando vistas de fora e de longe se mostram muito semelhantes: as formas, as texturas, as cores, os tamanhos das janelas, as coberturas, os afastamentos entre elas. Mas se nos aproximarmos um pouco, veremos que há diferenças. E não são poucas. Existem casas mais precárias, sem acabamentos, sem vedações, sem acessos estruturados. Existem também casas rebocadas, pintadas, com jardim cuidado, garagem (Imagem 1). Existem variações também nos estilos e formas das construções que podem ser mais arredondadas, com mais cores e detalhes (Imagem 2) enquanto outras são mais retangulares e sem qualquer inventividade.

Se vistas por dentro, as casas talvez possam apresentar diferenças ainda mais acentuadas. Os tamanhos, as divisões internas, o padrão de acabamento, o padrão de higiene, os móveis e os objetos de cada família. Existem casas com chão em terra batida, outras com cimento, outras com acabamentos. Em algumas delas as pessoas dormem no chão. Em outras já encontramos muitos móveis. As casas de banho por vezes são internas, outras externas. Existem casas com quartos separados para pessoas diferentes da família. Em outras, todos dormem juntos em um mesmo espaço. Há casas que estão se consolidando e outras que já estão erguidas há muito tempo. Há casas com mais ou menos objetos e enfeites. Há casas sem pintura, outras pintadas de uma só, outras mais coloridas (Imagens 3, 4 e 5).



Imagens 1 e 2 - Casas vistas de fora. Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, 2010

Fonte: Arquivo pessoal.



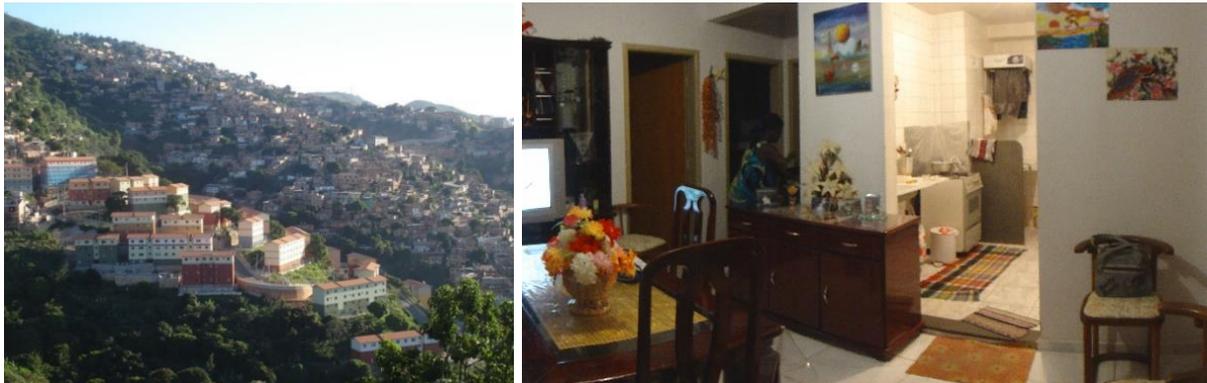
Imagens 3, 4 e 5 - Casas vistas de dentro. Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, 2010

Fonte: Arquivo pessoal.

Em muitos dos casos pode se notar que a casa se estende para fora das suas paredes externas, seja para um quintal onde se lava e seca roupa, seja para criar animais, seja para cultivar ou preparar alimento, para divertir reunindo as pessoas, tocando música ou com brincadeiras infantis. A casa se estende para fora porque as portas estão sempre abertas, porque os vizinhos se encontram, convivem, se ajudam. Ou ainda porque a casa também é lugar de trabalho. O dono do bar, da mercearia, do cabelereiro, do vendedor de gás, de material de construção, do marceneiro, do serralheiro, da cozinheira, de qualquer pequeno comércio e serviço que são meios de sobrevivência de muitos ali. A casa é lugar de morar e de trabalhar.

Nota-se, portanto, que são muitas as diferenças entre as casas, o que revela os diversos padrões de vida e os modos de morar na favela, na cidade. No texto intitulado Quem mora nas favelas de Silke Kapp e Margarete Silva (2012) criticam a ideia que muitos de nós temos de homogeneizar as pessoas, as casas e a vida na favela, além de associarmos sempre a uma ideia de extrema pobreza que nem sempre é verdade.

Retornemos às mudanças. Quando em 2006 vieram as obras de urbanização algumas dessas pessoas se mudaram involuntariamente. As casas ou barracos de muitos foram demolidos e em troca as famílias ganharam um apartamento em prédios situados relativamente próximos de onde estavam as antigas casas. As novas casas passam a ser um apartamento de dois ou três quartos, com aproximadamente 45 m², em um prédio de quatro andares com dois ou quatro apartamentos por andar (Imagem 6 e 7).



Imagens 6 e 7 - Novas habitações construídas pelo programa Vila Viva. Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, 2010
Fonte: Arquivo pessoal.

Para olhos acostumados com padrões e maneiras de morar de uma cidade formal, as novas condições de moradia parecem mais confortáveis do que as havia nos barracos. Mas ao entrevistar alguns moradores nos deparamos com depoimentos como esses a seguir:

Se você perguntasse assim: entre o apartamento e continuar com o seu barracão... Se você perguntar todo mundo aqui, entre a sua casa e o seu barracão, o que você queria? Continuar lá e eles legalizarem lá e você continuar lá? Eu com certeza ia preferir lá. (trecho do depoimento moradora entrevistada 1)

Eu não quero ficar mais não. Completou dois anos eu estou saindo. O que você quer é liberdade para os filhos, se você não tem... Para que você precisa ter quarto dividido, para quê? Acho que isso daí... A

melhor coisa é a felicidade, da gente e dos filhos. Vivíamos todos no mesmo espaço, mas você quer saber? A felicidade estava toda lá. (trecho do depoimento moradora 2)⁴

Nem todos os moradores tiveram a mesma opinião. Alguns entendem que mudar da casa, ou do barraco, para o apartamento representava uma ascensão social. Mas, o fato é que depois de ouvir 30 moradores, a maioria preferia os barracos aos apartamentos. E qual o porquê de tal escolha? Resumidamente, pode-se dizer que o motivo está relacionado com os diferentes perfis de pessoas e famílias que ocupam os prédios. Os hábitos são muito distintos e há extrema dificuldade de lidar com o coletivo, embora haja um grande sentimento de comunidade. Por exemplo, em um predinho estava uma senhora que tinha desvios de comportamento e levava lixo para sua casa, no mesmo andar morava uma família com oito pessoas de diferentes idades, no andar de cima um senhor que trabalhava com transporte com carroças e não tinha lugar em casa para o seu cavalo.

As limitações construtivas do apartamento que impedem a transformação da casa são das principais e mais recorrentes queixas que são feitas.

Lá eu podia fazer um puxadinho, crescer um terraço, aqui eu não posso nada. Entendeu? Não posso nada. Não posso pensar em aumentar nada. Então eu acho que assim... Eu vou morar em três quartos, sala e cozinha para o resto da minha vida. Não posso fazer nada. O máximo que posso mudar é de cor. Não é? (trecho do depoimento moradora entrevistada 1)

Na sua casa qualquer problema que dá você vai lá arruma, você cuida. Porque você quer mais é sua casa arrumadinha. Isso aqui não é da gente. Você não pode fazer nada! (trecho do depoimento moradora entrevistada 2)

Ficou explícito que as pessoas ali preferiam mudar a casa ao invés de mudar de casa. Não querem se manter em condições insalubres ou desprotegidas, mas sim, poder melhorar a sua casa, para manter seus hábitos que não cabem na rigidez formal que o apartamento oferece. Querem e precisam aumentar ou diminuir seus espaços conforme a família cresce, conforme surge a necessidade de alugar um cômodo para completar a renda, para manter sua atividade de trabalho, para cultivo dos alimentos e animais, para fazerem as festas nos quintais.

Há um incômodo enorme em não poder transformar a casa. Mas, sendo os predinhos a realidade atual dos moradores, como lidam com suas novas habitações? Uma vez que a casa é essa, surge uma relação possível com o que De Certeau chama de maneiras de utilizar a ordem imposta. Nas palavras do autor: “sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei; ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevisíveis” (Certeau, 2008: 93)

Por mais que muitos dos moradores digam que sua casa começa da porta do apartamento para dentro, há diversas apropriações e usos dos espaços coletivos. As portas dos apartamentos estão quase sempre abertas, muitos objetos pessoais como armários, plantas, cadeiras, brinquedos das crianças, ficam no hall e nas escadas, como se a casa se estendesse para além da porta. Muitas roupas são estendidas para secar fora do prédio, muitos churrascos e festas são feitos nas áreas comuns que não teriam esse uso previsto. As regras de como morar nos predinhos são rígidas e entregues em um manual quando as pessoas se mudam e exigiriam mudança de comportamento de muitos. Mas os comportamentos imprevisíveis, desviantes, clandestinos se manifestam.

⁴ Foram feitos ajustes gramaticais das falas na transcrição.

É notável como as apropriações dos espaços da nova casa funcionam como táticas⁵ (Certeau, 2008) e como resistências às imposições formais e de uso dadas. A ocupação dos edifícios pode ser vista quase como uma repetição da maneira de viver e de morar nos becos.

As novas casas vistas de dentro e de fora são diferentes dos barracos antigos. Mas a casa que se estende e se reconfigura segue, não muda.

Vemos, então, que mudar de casa pode nos revelar diferentes questões, sejam aquelas esboçadas no início desse texto, seja no caso das mudanças compulsórias que acabo de apresentar. São muitas as maneiras de morar. São muitas as formas das casas e seus usos. Como arquiteta e urbanista que projeta e define espaços, me parece importante estar atenta às casas (as diferentes casas) e às maneiras de habitar. Estar atenta aos cotidianos, aos desvios para evitar produzir e reproduzir lógicas impositivas e repressoras de vidas, de casas, de modos de morar. Isso porque, concordando com Lefebvre (1991), as ações triviais cotidianas constituem as bases das experiências sociais e da verdadeira contestação política. Quando essas ações são anuladas por imposições fisicamente formais, o urbanismo praticado nega a possibilidade dessa disciplina ser um discurso humano e social.

Para finalizar, deixo um poema de Matilde Campilho, chamado Two-lane blacktop:

Aprenderei a amar as casas
quando entender que as casas
são feitas de gente
que foi feita por gente
e que contém em si a possibilidade
de fazer gente. (Campilho, 2014)

Referências bibliográficas

Anselmo, Carolina (2011), *Arte como campo expandido do urbanismo: um estudo de caso no Aglomerado da Serra*. Dissertação de mestrado. [vol. 1] Porto: FBAUP.

Campilho, Matilde (2014), *Jóquei*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.

Certeau, Michel de (2008), *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petropolis: Vozes.

Lefebvre, Henri (1991), *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Atica

Kapp, Silke; Silva, Margarete (2012), “Quem mora das favelas?”, *E-metrópolis revista de estudos urbano e regionais*, 9(3), 28-35. Acesso a 28/05/2018, disponível em http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/008/original/emetropolis_n09.pdf?1447896326.

Nico, Magda (2014), “Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais”, *Sociologia*, XVIII, 103-127. Acesso a 28/05/2018, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12737.pdf>.

⁵ Tática seria uma maneira criativa de utilizar ou desviar daquilo que foi imposto (Certeau, 1998).

Conexões Público-Privado

Bruno Franco Alves, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
bruno.franco@ufjf.edu.br

A reflexão sobre os domínios das esferas pública e privada é uma marca presente nas ciências sociais e humanas. Várias são as abordagens, perspectivas e olhares sobre essa questão deveras discutida. Regra geral, essa relação é realizada de forma dicotômica, situando as casas como lócus do privado e as ruas como o espaço público por excelência. O que se pretende realizar aqui é repensar o lugar da casa nessa relação entre o público e o privado. O título do próprio seminário, “As casas vistas de dentro e de fora”, já carrega em si a sugestão de que as casas não possuem uma única dimensão. As casas são múltiplas e, a mesma casa, também pode abrigar sentidos diferentes conforme são vistas por dentro e por fora.

Dessa forma, pode-se questionar: As casas sempre foram ou são o templo da intimidade? Quem enxerga o lado de dentro das casas? É preciso adentrar nas casas para conhecê-las ou podemos conhecê-las por dentro, mesmo estando de fora? Caminhamos no sentido do fechamento das casas como recanto das famílias ou as casas ainda permanecem abertas, agora com novas “portas” tecnológicas que permitem adentrá-las, vivenciá-las e conhecê-las? Qual o sentido da dicotomia entre a casa e a rua?

Para essas pensar sobre essas e outras questões acerca da casa, podemos partir da porta como uma pretensa divisão entre o público e o privado. Isso porque é a porta o elemento material que obstaculiza a passagem entre esses dois mundos, cindindo o espaço e delimitando fronteiras. Conforme já apontava Georg Simmel (1996 [1909]), ao contrário da ponte que mostra como o ser humano é capaz de unificar o que está naturalmente cindido, a porta mostra como o homem é capaz de cindir a uniformidade contínua do ser natural, resguardando a passagem entre mundo interior da casa ao mundo exterior.

Em geral, na Idade Média as aberturas da casa para o exterior eram escassas e de dimensões modestas, provavelmente para mantê-las protegidas do frio durante o inverno. A porta, na entrada da casa, era a sua principal abertura, por vezes a única, já que as janelas nesse período assumiam uma condição acessória (Conde, 2011a: 63).

Nesse período, as casas correntes eram moradias unicelulares, isto é, formadas por um espaço contíguo, sem divisões internas, compartilhado por tudo e todos: família, animais, produtos e instrumentos de trabalho. Não havia espaços apropriados individualmente e nem funcionalmente espacializados. Além disso, a casa era o local de relações e sociabilidades múltiplas: era local de repouso, mas também de trabalho, de produção, de consumo; era local de relações familiares, mas também de relações mercantis e de convivências com os outros. (*ibidem*: 71). Não obstante ao fato da casa demarcar um território sobre o qual geralmente o homem exercia o seu controle, havendo uma diferenciação entre esse espaço e aquele que lhe era exterior, a casa ainda não tem o seu sentido ligado à proteção da intimidade, sendo que muitas das atividades quotidianas do cidadão medieval invadiam a rua, a travessa, o adro (Trindade, 2002: 96)

Nos fins da Idade Média, as casas na cidade começam a ganhar algumas divisórias que separam o espaço do trabalho do espaço habitacional ou, em alguns casos, passam a contar com vários planos, geralmente ficando o térreo destinado às atividades profissionais e a

abertura ao público – espaço semipúblico – e o sobrado à vida familiar – espaço doméstico, privado (Conde, 2011a: 73).

A privacidade vai aumentando com a verticalização e compartimentação da casa, mas ainda se encontra longe de significar a proteção da intimidade. O tamanho médio dos terrenos em que as casas eram construídas raramente ultrapassava os 50 m² (*ibidem*: 68) mantendo-se a casa como um espaço multifuncional e de uso familiar.

Entre os séculos XVI e XVIII ocorrem importantes mudanças que vão sedimentando os caminhos para o incremento da privacidade. Neste período, multiplicam-se as divisões interiores e aumenta a especialização funcional dos diversos compartimentos das casas das classes mais abastadas (Cunha e Monteiro, 2011: 224). Já nas habitações populares, mesmo no século XVIII e início do século XIX, as portas podiam estar frequentemente abertas e muitas das casas permaneciam sem uma especialização funcional, por conta do seu tamanho reduzido. A casa era tida por esses grupos populares como espaço de abrigo e não como reduto de intimidade, tanto que muitas das atividades domésticas como o lazer, cozinhar, comer, rezar e até as necessidades fisiológicas, ainda eram realizadas na própria rua (Olival, 2011: 270).

Não obstante a multiplicidade de contextos, é consenso que a casa chega ao século XIX já como espaço de intimidade, da vida privada. Trata-se aqui, especificamente, da casa burguesa, que passa a ser o lugar de residência das famílias nucleares compostas de pais e filhos solteiros, promovendo a separação física desta família em relação ao resto da sociedade e protegendo a sua vida íntima. Acentua-se a contraposição entre público e privado, valorizando-se o privado como espaço de maior liberdade para o indivíduo em relação à vida comunitária. Com a intensificação das interações sociais, dos códigos sociais que regiam as relações públicas, a casa aparece como espaço de refúgio desses olhares, de recolhimento e proteção contra o escrutínio da vida social, por isso de maior liberdade.

Nos dias atuais a casa permanece como reduto da intimidade familiar, como local seguro e confiável onde seus habitantes se protegem contra a vida exterior. Esse movimento, sobretudo nos países com altos índices de violência, é acompanhado por um processo paulatino de isolamento das casas e dos seus moradores em relação às ruas e à própria vizinhança. As *ciudades de muros*, onde as casas são fechadas com muros, grades e portões, tal como descreve Teresa Caldeira (2000), simbolizam bem esse processo.

Dentro dessa casa contemporânea, fechada ao mundo exterior, há também uma crescente sobreposição entre as privacidades de seus habitantes. A busca de realização e de projetos individuais de cada ente da família faz com que o espaço comum da casa seja modelado de forma a comportar essas múltiplas intimidades, o que é revelado pela maior compartimentação e pelas mudanças arquitetônicas em seu interior: a existência da suíte conjugal, que permite aos pais não mais partilhar do banheiro com os filhos; a construção do banheiro social, que restringe o acesso dos visitantes à zona dos quartos; a criação de novas suítes para os filhos; o aumento da dimensão dos quartos/suítes que passam a ser espaço de fruição da intimidade individual; a compartimentação da suíte do casal em ambientes distintos para cada um dos cônjuges; o recheio dos quartos que passou a contar com diversos equipamentos antes usados de forma coletiva pela família como televisão, som portátil e computador (Pereira, 2011).

Seguindo esse caminho, poder-se-ia chegar à conclusão de que ao longo da história as casas caminharam em direção ao seu fechamento, tanto ao mundo exterior como na própria relação interna entre seus moradores, sempre com vistas a maximizar as intimidades que protege e demarcar de forma nítida o domínio do público e do privado. No entanto, essa história passou a contar com um elemento novo e que foi capaz de alterar significativamente

a nossa forma de viver e de habitar: a profusão do acesso à internet e dos dispositivos móveis conectados à rede mundial.

Segundo dados da *International Telecommunication Union-ITU*, agência da Organização das Nações Unidas para tecnologias da informação e comunicação, 3,5 bilhões de pessoas possuíam acesso à internet em 2017, o que corresponde a 48% da população mundial. Entre os jovens com idade entre os 15 e 24 anos esse percentual sobe para 70,6%. Já as famílias com acesso à internet em casa somam 53,6%, chegando o índice a 84,4% nos países desenvolvidos.

O uso da internet por um número cada vez maior de pessoas, especialmente com a popularização dos dispositivos móveis e das redes sociais digitais como o Facebook, Instagram e o Whatsapp, permite o intenso compartilhamento de mensagens de texto, fotos, áudios e vídeos. A casa não fica imune a esse fluxo comunicacional e ganha novas “portas”, “frestas” e “janelas”, agora voltadas para uma realidade que é virtualizada. A exposição cada vez maior da vida privada, do interior da casa, das suas rotinas, dos seus moradores para a audiência das redes sociais digitais, que é pulverizada e muitas vezes desconhecida, atua, de certo modo, como uma renúncia à privacidade protegida pela casa em troca do reconhecimento da audiência pública.

Nessa sociedade em que o exibicionismo e a necessidade de ser visto, receber likes e curtidas torna-se uma necessidade, a casa readquire contornos públicos. Tal como no conceito de Hannah Arendt, a casa vem a público, pode ser vista e ouvida por todos e tem a maior divulgação possível (Arendt, 2007: 59). Mesmo os conteúdos dos perfis privados mantidos nas redes sociais digitais podem ser divulgados com o emprego de simples recursos tecnológicos, como os prints das imagens e dos textos postados, ganhando o domínio geral.

Como bem afirma o historiador português Manuel Conde, a casa, urbana ou rural, comum ou qualificada, é como um microcosmo da sociedade, profundamente reveladora dessa, dos espaços e dos tempos em que se ergueu e perdurou (Conde, 2011b: 14). A casa de nossos dias é um espelho do seu tempo, tempo em que a rigidez dos conceitos se esbate, de contradições como aquela que faz com que a casa passa a ser ao mesmo tempo espaço público e privado, onde a intimidade é ao mesmo tempo resguardada e compartilhada conforme o desejo dos indivíduos que a habitam.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (2007), *A condição humana*. [10ª ed]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2000), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (2011a), “A casa”, in Sousa, Bernardo Vasconcelos (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade média*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 54-77.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (2011b), *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Cunha, Mafalda Soares; Monteiro, Nuno Gonçalo (2011), “As grandes casas”, in Monteiro, Nuno Gonçalo (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 202-243.

International Telecommunication Union (2017), “Measuring the Information Society Report 2017”, 1, p. 154. Consultado a 22 de novembro de 2017, disponível: https://www.itu.int/en/ITU/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume1.pdf.

Pereira, Sandra Marques (2011), “Cenários do cotidiano doméstico: modos de habitar”, in Almeida, A. N. (ed.), *História da Vida Privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 16–47.

Olival, Fernanda (2011), “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Monteiro, Nuno Gonçalo (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 244-275.

Trindade, Luísa (2002), *A casa corrente em Coimbra dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Morar fora de casa: uma experiência de resistência no Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade do México

Violeta Rodríguez, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
violeta.rodriguez.becerril81@gmail.com

Flota un olor a sopa de pasta
las ruínas no son ruínas,
el deterioro es sólo de la piedra inconsolable
la gente llega, vive, sufre, se muere.
vienen los otros a ocupar su sitio
la casa arruinada sigue viviendo.
José Carlos Becerra

Este texto recolhe partes de uma investigação sobre efeitos do processo de gentrificação sobre o espaço público a partir da experiência de despejo que acompanhei no bairro de La Merced, no Centro Histórico da Cidade do México em 2011. O que se descreve de seguida tem como ponto de partida a expulsão dos moradores de uma casa do bairro, a que chamaremos “nossa casa”. Estes moradores foram expulsos do prédio que habitavam havia mais de duas décadas. Em um ato de resistência, construíram a sua “nova casa”, uma instalação precária feita de placas de cartão e madeira localizada a um canto da praça situada em frente da sua antiga casa. Essa ocupação informal do espaço público alterou a relação das pessoas despejadas com os restantes moradores do bairro, e gerou novos usos e significados do espaço, assim como do mobiliário urbano, ilustrado aqui pela praça pública e a sua fonte central. O percurso através da história dessas casas será feito como tentativa de responder a uma série de questões sobre a relação da casa com a cidade e o bairro e, por outro lado, como entender a “casa” como espaço, a um tempo, doméstico e coletivo onde várias tensões e afetividades são colocadas.

Onde é a sua casa?

Uma das primeiras perguntas que se faz quando falamos da nossa casa é sobre o seu endereço. Nos bairros da Cidade do México temos uma pergunta que à primeira vista é enganadoramente simples: qual é teu código postal? Isto significa que a pessoa tem que mostrar um conhecimento das práticas identitárias, dos códigos e da linguagem do bairro. As respostas dos moradores a esta pergunta são um certificado da sua pertença ao lugar. A casa que me ocupa neste texto sendo muito afastada, encontra-se situada num dos bairros mais representativos do Centro Histórico da Cidade do México: O bairro da Merced. Aqui se fixaram muitos migrantes indígenas e estrangeiros, oriundos da Arménia, de Espanha e do Líbano e o bairro é conhecido como lugar de comércio, com um dos mercados mais importantes da cidade, uma zona de papelarias e de lojas de objetos religiosos, sendo que

uma parte do bairro constitui ponto para o comércio sexual¹. O bairro da Merced ou “La Meche”, como é popular e afetivamente chamado, é um espaço multicultural e socialmente complexo. O dia-a-dia do bairro tem um fluxo contínuo e acelerado de pessoas com intensos intercâmbios materiais e simbólicos. Na maioria dos seus edifícios existem hoje lojas ou armazéns de reconhecido valor histórico e patrimonial.

A “nossa casa” situa-se numa das zonas mais representativas do bairro – a praça “La Aguilita” – formalmente chamada praça Gustavo Baz. Alguns dos espaços da Cidade do México têm mais de uma designação em resultado de afetos e das histórias que ali tiveram lugar e que fazem parte do capital simbólico dos lugares. A praça La Aguilita é conhecida por conter um dos mitos fundadores da cidade. Com efeito, diz-se que foi ali que os aztecas encontraram a águia engolindo uma serpente, o signo que mais tarde viria a ser o marcador simbólico da fundação da Grande Tenochtitlan, hoje Cidade do México. Perto da casa encontra-se a fonte central da praça que faz referência a este mito fundador, com a representação da águia, da serpente e de um cacto, além das áreas verdes e canteiros. A “nossa casa” é a que se situa do lado esquerdo da fotografia da praça.



Imagem 1 - Praça La Aguilita no bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade de México

Como é a “nossa casa”?

Um segundo ponto que pretendo questionar é a fachada das casas. Nas cidades latino-americanas este aspeto é muito importante devido à falta de ordem dos números e nomes das ruas. Por exemplo, é comum que um nome de rua se repita ou que as casas partilhem o mesmo número, o que torna difícil identificar as moradas precisas. As particularidades das casas adquirem, assim, uma dimensão diferente, sendo que para as localizar se pergunta pela cor da fachada, a cor da porta, ou o número de janelas que têm. A identidade da casa é um referente espacial.

A “nossa casa” é um desses casos de moradias sem código postal nem endereço. A este respeito, podemos recordar que o sociólogo Pierre Bourdieu sublinha que, na ordem jurídica e simbólica, uma pessoa sem endereço postal, praticamente, não tem existência no espaço social. Por ironia parece que esta avaliação se aplica diretamente à experiência desta “nossa casa” que, sem a “existência social” referida por Bourdieu, se tornou presa fácil dos interesses que acabaram por desalojar as seis famílias que ali moravam.

¹ Podem ser consultados os documentários [Los armenios en la Merced](#), produzido pelo Colegio de Michoacán e [Plaza La Soledad](#), da fotógrafa Maya Goded.

Os moradores desta casa, tendo sido expulsos dos seus apartamentos, procuraram reconstituir a disposição original do espaço coletivo, mas também do espaço interno de cada unidade familiar, quando se viram obrigados a morar no espaço público. A “nova” casa coletiva em que passaram a residir os desalojados da “nossa casa” foi construída num tempo muito curto, aproveitando os bocados cartão e outros materiais das papelarias do bairro, assim como diversos bocados de madeira, plásticos e ferros. O teto tinha diversas cores e as divisórias entre os quartos eram feitas de pedaços de tecido. A área ocupada pela casa estendia-se ao longo de uma parcela lateral da praça, numa extensão de cerca de 25 por cinco metros. No conjunto da “nova” casa moraram dez pessoas, sendo a maioria mulheres e crianças.



**Imagens 2 e 3 - A “nova” casa na Praça La Aguilita,
Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade de México, 2011
Fonte: Arquivo pessoal da autora.**

As formas da casa

Um terceiro aspecto refere-se à funcionalidade da casa, à suas forma, número de quartos, de salas de banho e dimensão da cozinha. As fotos que apresento são do exterior da casa, uma vez que, durante a investigação, combinei com os moradores que não tiraria fotos do seu interior, embora pudesse descrever a organização interna do espaço. A “nova” casa tinha uma cozinha, o espaço maior de toda a casa, uma sala comum de televisão, três quartos e uma pequena sala de banho. A cozinha era o espaço de maior socialização e de partilha das atividades do conjunto dos moradores. As crianças brincavam no exterior da casa que na verdade era constituído pelo espaço da praça, o mesmo onde sempre tinham brincado antes, mas que agora era convertido em quintal da “nova” casa.

No seu todo, a praça La Aguilita sempre funcionou como o quintal de todas as casas em redor. Já a fonte da praça foi agora convertida em lugar da lavagem de roupas e dos utensílios de cozinha e, por vezes, era mesmo usada como casa de banho. Por um tempo, a praça foi de fato uma extensão da própria casa.

Nos primeiros meses de cerca de meio ano da sua instalação precária na praça, os moradores beneficiaram do apoio dos vizinhos. Com o passar do tempo, estes não deixaram de revelar algum incómodo com a presença da nova “moradia” em pleno espaço público, como que a subscrever a expressão de uma vizinha, para quem “a solidariedade tem data de

caducidade”. A ocupação da praça foi a resposta encontrada pelos moradores da “nossa casa” para reagir às ações de despejo que se foram multiplicando por todo o bairro da Merced.

A comunidade dividiu-se em resultado de um processo de gentrificação que ainda não está terminado. Além disso, alguns usos privados, que veremos adiante, do espaço público da praça dissolveram a noção de fronteira entre o que é público e privado, o que deu origem ao surgimento de novas conflitualidades. Este foi o caso das práticas associadas ao espaço íntimo como, por exemplo, tomar banho na fonte pública, suscitaram reações pouco amistosas por parte da vizinhança.

Enquanto o interior da “nova” casa, com as suas paredes improvisadas, concedia um certo grau de privacidade e segurança aos moradores, o mesmo não sucedia em relação à hostilidade exterior que as mesmas frágeis paredes se mostravam incapazes de suster. Afinal, a situação era muito ambígua politicamente: as pessoas encontravam-se literalmente a viver a situação dupla de conforto e segurança dentro da “nova” casa e de desconforto e insegurança fora dela.

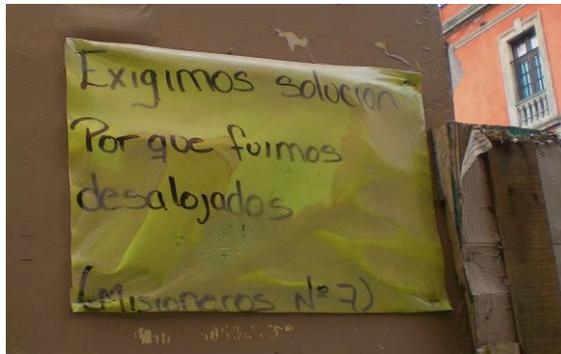


Imagem 4 - Cartaz fora da casa, 2011
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

As “almas do lugar”

Depois de alguns meses passados na sua “nova” casa, os moradores foram desalojados de novo. Os objetos que foram parte das suas vidas quotidianas foram então deixados para trás, abandonados na praça. Estes despojos eram agora tudo o que assinalava a ação corajosa de resistência ao despejo inicial da “nossa” casa. Tal como afirma Michel De Certeau (2000: 137), se os objetos urbanos são o equivalente às “almas do lugar”, neste caso os móveis abandonados representam as almas das casas desses moradores despejados – tanto da “nossa”, como da “nova” casa. São o sinal último e os testemunhos da sua presença no lugar, das suas afetividades e histórias entrelaçadas no espaço do bairro. A poltrona da casa, a mesma em que se sentaram os membros da família, os convidados e as personagens do bairro ficou desamparada no lixo. Com ela, também as lembranças articuladas nos parques móveis ficaram por ali empilhadas... deixadas ao abandono.

Foi tudo o que, depois de breve ausência de duas semanas, a investigadora encontrou quando regressou a La Aguilita.



Imagens 5 e 6 - Restos do mobiliário das casas, Praça “La Aguilita”, 2011
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A velha “nossa” casa ficou sem moradores por muito tempo, em ruínas e solitária. Até que fosse renovada, a rádio comunitária do bairro usou os estores em ruína das suas janelas para expor parte da sua “galeria noturna”, um exercício de fotografia de arte-resistência a mostrar a dinâmica vida social de um bairro ameaçado. A casa arruinada, que em tempos foi a “nossa casa”, continua a viver. A resistir.



Imagem 7 - Primeira Casa, Bairro da Merced, 2011
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Referências bibliográficas

Bourdieu, Pierre (2010), “Efectos de lugar”, in Bourdieu, Pierre, *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 119-12

Becerra, José Carlos (1976), “Vecindades del centro” [*Islas a la deriva*], *Revista Tarde y Temprano*, 176.

De Certeau, Michel (2000), *La invención de lo cotidiano. Las artes de hacer*. México: Universidad Iberoamericana.

Janela de classe e o olhar no olho da casa

Rómulo de Oliveira, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
lo.ol.andrade@gmail.com

A caverna é o primeiro local na história que associamos e percebemos como a casa. Apesar de não ser o primeiro abrigo é o primordial ao se constituir em casa ora temporária, dada a as condições sazonais e os recursos disponíveis no território, ora permanente, como afirma Jarzombek (2013). Deste lugar, o que importa à presente reflexão é um elemento de transição, uma abertura na barreira posta na fronteira do dentro e fora. A janela tem este significado e na caverna era fundido à porta como única entrada, única saída, ao separar mundos.

As primeiras janelas, encontradas e escavadas. O esforço de criá-las

Em algum momento, esta fusão entre janela e porta foi desfeita no abrigo e morada ancestral, que ocorria no subterrâneo e obscuro sítio que nos protegia. É provável que as primeiras janelas encontradas e incorporadas ao viver primitivo aos poucos assumiram funções especiais à sobrevivência. Adquiriram importância visível e, conseqüentemente, empreendeu-se esforços notáveis no trabalho de escavar, numa tarefa complexa que envolvia certos riscos, conhecimentos, ferramentas e técnicas.

Desta perspectiva assumida para este texto, percebe-se a especialização derivada da necessidade de funções separadas, apartadas, esvaziadas das aberturas únicas da caverna. As novas aberturas ganham significações pelo tamanho e posição que ocupam na terra, na rocha que divide o dentro e fora, tendo como bom exemplo a paisagem produzida pelo povo Navajo em *Bandelier National Monument* em Santa Fé, nos Estados Unidos.



Bandelier National Monument

Fonte: <https://www.atlasobscura.com/places/bandalier-national-monument>

As janelas em tamanhos e posições diferenciadas dão a entender que são como elementos de controle ambiental dos abrigos, em uma revolução do cotidiano dos grupos primitivos que buscavam mais espaços internos para a realização de atividades longe das intempéries. A

criação artificial da janela, além de necessidade, é impulso interessante e acaba por nos povoar e instigar crenças e credos.

Prolongando a reflexão que se levanta, esta criação, como toda criação humana que busca reproduzir algo natural de forma artificial, teve maior repercussão a partir do domínio da tecnologia do fogo, quando o ambiente protegido naturalmente das intempéries do vento e chuva em sua eterna guarda não era tão imprescindível para manter a chama. Da caverna, da luz, da chama, da luta anterior a existência da janela, um insight surge de outra luz moderna projetada na escuridão. O cinema recorda esta pré-história em *A Guerra do Fogo* (1981) de Jean-Jacques Arnaud e a luta do Cro-Magnon em manter a chama acesa e aprender a produzi-la. Ao perdê-la se lança em uma jornada na qual encontra novas tecnologias e abrigos acima da terra, retornando com os aprendizados.

Repisando a idéia agora apresentada como enunciado: a janela que se escava acompanha a evolução civilizatória e o domínio de muitas tecnologias da construção e controle ambiental, pela possibilidade de se identificar um planejamento no esforço para escavar e abrir um buraco em parede, em terra ou em rocha, definindo tamanho, altura e posição que, aos poucos, são aprendidos e compreendidos num processo de saber.

Tentador também é recorrer a outra abertura/janela que proporciona irradiações pela história e pelo pensamento humano, como nas reflexões dos reflexos presentes em *A República* (2014) de Platão em que sombras, ruídos e movimentos do cotidiano que são a realidade da caverna, acabam por se transformar em outra realidade quando há liberdade de um homem que caminha para fora e traz as novidades. O homem livre voltado para a luz transpassa a porta/janela oferecendo a todos a idéia de transformação pela libertação. A realidade muda pelo fato de se voltar para a entrada e saída da caverna, ou mesmo olhar através dela.

Janelas em diferentes funções, como filtro transparente

Assim, as janelas antes encontradas, depois escavadas, começam a ser criadas nos abrigos construídos na superfície, sob critérios e vontade dos grupos sociais, para dar lugar à vida cotidiana, em acompanhamento à complexidade de novas atividades de sobrevivência, num aprendizado milenar de construir e constituir as aberturas em paredes e rochas (Jazombeck, 2013; Ching et al., 2017). Em outras palavras, a evolução no interior do abrigo com divisão de atividades e funções, adquire um significado que ligamos à casa.

Neste processo de divisão do espaço doméstico para cada função uma nova e diferente janela é produzida e materializada: janela para sala, janela para quarto, janela para cozinha, janela para casa de banho, janela para arte e janela para olhar o céu. Há janelas para todas as funções.

O elemento janela ganha um espaço na sociedade e por isso, empreender um esforço para seu entendimento como objeto e lugar faz sentido, o que é observado em autores como Georg Simmel e Henri Lefebvre. Na diferenciação que faz da porta que possui o significado de um rito de passagem, de entrada e saída, de transposição, Simmel (1996) vê que representa a transparência, o desvendamento de uma intensa interação contida que não convoca, necessariamente, a transmutação do indivíduo privado em sujeito social. Permite, talvez, um alargamento deste indivíduo privado, se a posição da janela descortina uma paisagem importante à presença social.

Tanto Simmel (1996) quanto Lefebvre (2004) identificam na janela esta posição de observação, um caminho para o olhar. É fato que Simmel prefere a porta, pois a janela permite uma sociação com o outro do mundo exterior sem trocas imediatas e, sob esta percepção, a porta carrega a ideia de ponto de troca total, sê dentro, sê fora. De um lado ou de

outro. Privado e Público. Contudo, Lefebvre (2004) concebe a janela possuidora de uma característica demasiado importante por posicionar o observador em ponto privilegiado, no qual o distanciamento relativo permite a identificação dos ruídos que tomam conta da rua, do espaço público. Este filtro contribui para a percepção do contexto, o que impulsiona a admitir a janela como um critério metodológico de investigação para a ritmanálise (Lefebvre, 2004).

Em *A Dialética da Duração* (1988), Gaston Bachelard já busca tratar as primeiras características da ritmanálise que atribui ao português Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, erradicado no Brasil. Os ritmos, para Bachelard, se associam à métrica poética, acompanhando os tempos do cotidiano. É desta combinação entre poética e ritmo, que aplica à sua fenomenologia no espaço da casa descrito em *A Poética do Espaço* (1993), compreendido como uma representação psicanalítica do sujeito. Seu argumento usa a fenomenologia para apresentar uma leitura poetizada dos compartimentos como integrantes do Id, Ego e Superego, o que nos instiga a olhar a janela como olho da casa.

O fôlego inicial, dado por imagens pré-históricas e uma identificação conceitual e filosófica que reconhece na janela um objeto e local integrado ao indivíduo e sua história, alimenta um certo espírito do texto no qual olhar para as janelas e identificar significados, histórias, tecnologias das diversas janelas, motivos e formas para que foram criadas, interessa. As suas primeiras funções, a identificação com o sujeito e a transformação social resultante de contínuas e diferentes apropriações, vêm agora tomar lugar na continuação da análise.

Janelas vistas das janelas: janela indiscreta que enquadra momentos e ritmos cotidianos. A janela faz parte da cena e interage

Esta poética de olhar para as outras janelas, desnudando as novas funções, é o que nos induz a admitir um olhar indiscreto e recíproco, fomentado por outras intimidades incorporadas em nossas vidas e nas paisagens cotidianas pela amplitude da janela. Observamos os vizinhos através da janela da casa e, assim, apreendemos a transpassar o olhar pelo olho da *nossa* casa e pelo olho da casa do vizinho.

As janelas vistas da janela é o significado de *Janela Indiscreta* (1954) que perscruta a vida da vizinhança, presente nas dezenas de janelas postas ao olhar privado, a partir de uma intimidade em contato direto com a intimidade das outras janelas, seja do outro lado da rua, da praça, em distâncias de ruas e quarteirões, é que temos hoje ao nosso dispor vidas expostas.



Cena de Rear Window (1954)

Fonte: <http://onthesetofnewyork.com/rearwindow.html>

A genialidade de Alfred Hitchcock ante o tema, nos motiva ao movimento junto à janela em posição dinâmica e não em posição estática qualquer pois somos atores de um jogo de observador e observado estando sempre em dupla posição. Não há turno entre um e outro, ou seja, o ator e o observador ocorrem em simultaneidade. Somos o Músico criando incessante melodia em busca do sucesso; o Recém Casal em núpcias que aos poucos ganha a rotina matrimonial; a Miss Torso e seus admiradores que aos poucos se vão; a Coração Solitário que passa o tempo à procura do romance de sua vida; entre outros tantos personagens.

Com Hitchcock, as dinâmicas expostas por esta abertura da parede que separa espaços do que convencionamos ser o lugar da vida íntima e privada, nos provoca a reposicionar o posto de investigação para o desafio de ler histórias contadas em recortes e momentos. Ainda nos faz reconhecer e admitir que a janela pode, considerando Latour (2008), ser o objeto em uma análise de actor-rede de periodicidade imediata ou de complexa periodicidade tão alongada quanto o processo civilizacional.

Um objeto que permite a compreensão de um grupo e uma rede, seja no processo de sua instalação no edifício, ou no momento posterior, nos processos de registros cotidianos interessantes em são criadas circunstâncias de acordo com quem observa, importando sua posição, suas características físicas e tecnológicas, se aproximando desta feita da lógica analítica da Teoria Actor-Rede (TAR).

Entretanto, por mais instigante que seja a operacionalização da metodologia da TAR, a análise segue pelos ritmos e recortes da cena urbana resultado do enquadrado e não enquadrado pela janela, dos efeitos de sua existência, de uma identificação a quem esta abertura está a servir. A posição da janela importa.

Por isto, recorre-se a uma breve história da janela associada ao ato do olhar a partir de seu olho caseiro para outro olho caseiro ou, transpassando dezenas de outros olhos caseiros em registro contínuo de uma fachada. A janela-vitrine.

Janela vitrine. Além de olhar, contemplar; a janela é lugar para ser contemplado, olhado

Há também o momento de se expor à janela com propósito de ser olhado, numa janela vitrine. Mesmo percebendo que estamos constantemente, no tempo de nossas vidas, postos a ser observados, normalizando esta realidade, como se em vitrines de rua estivéssemos expostos, queremos apresentar algo admitido por Bourdieu (2007) no ato da distinção. Uma apresentação social atraente suficiente para passarmos ao largo e espreitarmos para ver a novidade, ou nos deter para saber o que ocorre, seja para reconhecer ou ser reconhecido. A vitrine, neste caso, é de dupla ligação, somos também o objeto de espreita e intuímos e utilizamos esta sensação e este saber para nos expor e nos colocar para o outro que nos observa, marcando nossa posição, demonstrando nosso *habitus*.

Há exemplos ao longo da história. Por trás da janela fechada, a mulher no século XIX põe-se à janela sob a vigilância do marido. Bem vestida, emoldurada por cortinas de cetim, seda e bordados, observa o movimento da rua e imagina os cheiros e ruídos, numa participação desejosa à distância, enquanto o jovem aristocrata em janelas escancaradas se coloca em posição de conquista e sem barreiras. Domina a nova urbanidade desta cidade moderna, que surge a partir das grandes transformações urbanas do modelo de Hausmann.



Femme à la fenêtre (1880); Jeune homme à la fenêtre (1875)
 Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Gustave_Caillebotte

Isto é o que registram as delicadas e perceptivas pinturas de Gustave Caillebotte, à esquerda (*Intérieur, Femme à la Fenêtre*, 1880), e à direita (*Jeune homme à la fenêtre*, 1875). O jogo de dominação e classe ficam claros e colocados. Por um lado, não sabemos quem são a mulher ou o jovem, as faces não se revelam, mas sabemos quem é o homem por trás da mulher e sua autoridade fica estabelecida. Por outro, a janela vitrine é a janela da classe poderosa à época das grandes transformações do século XIX. O luxo, a amplitude, a altura e a distância da rua representam distinção e poder, pois, só era possível ver aqueles que estão à janela quando estes o permitiam e o desejavam, quando autorizavam ou eram autorizados à exposição.

As janelas do outro lado da rua, dos outros edifícios são outros olhos da mesma classe, não precisam de tantos ritos para se aproximar. Assim, os olhos das casas estão sempre próximos, vistos e protegidos pelos da mesma classe e extrato social em uma exposição constante, desejada para se afirmar entre pares, ao demonstrar suas posses, apresentando o que compõe sua casa ao deixar seus recheios à vista, antes emoldurados por belas cortinas rendadas e de veludo.

Em classe diferente, a janela é a representação de uma carência, é o próprio luxo. Não há tantas janelas em Liverpool ou Manchester desta mesma época, como relata Engels (2008) na mais forte descrição das condições da classe operária inglesa, o que marca o passado industrial e urbano do século XIX.

Entretanto, quase um século depois, em Liverpool, durante os anos 70 do século XX, reproduz-se em similaridade as vivências expostas por Engels, em que a condição da classe operária ainda disputa melhor espaço. Na disputa de luz vinda de uma janela que tem que aquecer uma família surge um fator de resiliência que identificamos como o *holding* de Winnicott (1988), observado na medida de uma janela e na cena enquadrada pela luz em que uma avó e netos estão à espera dos que buscam o sustento. Uma cena que invoca a *dádiva* de Mauss (1988) e a *dívida positiva* de Godbout (2000).



Liverpool

Fonte: <http://streetsofliverpool.co.uk/tag/liverpool-pics/page/6/>

Estas imagens nos provocam e induzem a uma defesa que ter janela acabou por pressupor poder económico, uma definição da posição social de uma família. Assim como ter ou não ter casa, e na medida intermediária ter ou não ter janela se materializou como fator determinante em uma narrativa de diferenciação de propriedade e posição social. A janela é de classe.

Esta leitura se apoia em outro fato concreto. A sociedade inglesa, entre 1696 e 1851, sofreu com uma tributação hoje considerada absurda, ou no mínimo inusitada, que traduz um contexto e uma classe. *Window Tax*, o imposto sobre a janela, permite uma percepção da dimensão social que a janela adquiriu.

Entender seu surgimento auxilia na leitura. O rei William III da Inglaterra, na necessidade de reorganizar a arrecadação da Coroa, após cortes determinados pela Câmara de Comuns, encaminha proposta ao Parlamento de novo tributo, por meio do *Act for granting to His Majesty severall Rates or Duties upon Houses for making good the Deficiency of the clipped Money*, que impõe cobrança sobre os imóveis dado o número de janelas.

Segundo Oates e Schwarb (2015), este tributo surge em substituição ao tributo sobre fogos – *hearth tax* –, que durou de 1662 a 1689, em que se cobrava por cada lareira ou outros fogos encontrados na habitação (Marshall, 1936; Green, 2010), o que obrigava ao coletor – *chimney man* – a adentrar a casa para verificação, ato percebido como criminoso à santidade e intimidade das famílias. O novo tributo apresentava-se de forma simples e eficiente por sua estrutura de cobrança determinada por faixa: até 10, entre 10 e 20 e mais que 20. Segundo Oates e Schwarb, estas faixas foram alteradas inúmeras vezes, passando a até 10, entre 10 e 14, entre 15 e 19 e mais que 20. Um dos primeiros impostos sobre propriedade pago ao Estado, com a peculiaridade de que não era cobrado ao proprietário, mas ao ocupante.

Com 155 anos de duração na Inglaterra (1696-1851), o tributo provocou um profundo efeito na sociedade inglesa, nos projetos e construções que observavam a quantidade de janelas pelas faixas (*idem*), com modificação paulatina dos hábitos, num aprendizado de longo prazo, nos termos admitidos Elias (1993), influenciando sobretudo na classe operária nas formas de coabitação, de compartilhar e viver nas moradias urbanas.

Em nossa percepção houve a reincorporação da escuridão aos lares operários, em um retorno a caverna. Escuridão e compartilhamento de casas por diversas famílias. Nos lares operários a escassez de janelas marca a construção de *habitus* em um processo de longo tempo, de quatro a cinco gerações, que nasceram sob os efeitos do imposto numa construção. Aqui podemos admitir que Bourdieu e Elias estabelecem um diálogo.

Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith, de forma sucinta, argumenta sobre o efeito do imposto na vida dos ocupantes, buscando demonstrar que a variação do valor económico de possíveis rendas auferidas de um imóvel rural e de um imóvel urbano não eram compatíveis com a tributação gerada, tendo como critério, apenas o número de janelas. Para Smith parecia-lhe incabível a fórmula, pois incidia com maior peso nas propriedades rurais e naqueles que possuíam menos possibilidades de auferir renda.

Janelas emparedadas, custos sociais e custos da classe. Janelas da revolução à janela moderna no mundo operário

Vários países utilizaram a tributação sobre janelas com variações quanto e a quem era devido o pagamento. A França proporciona uma boa referência por disseminar a aplicação da arrecadação nos territórios ocupados na época napoleónica e por ser um dos países que mais tarde aboliu a taxação (1798-1926).

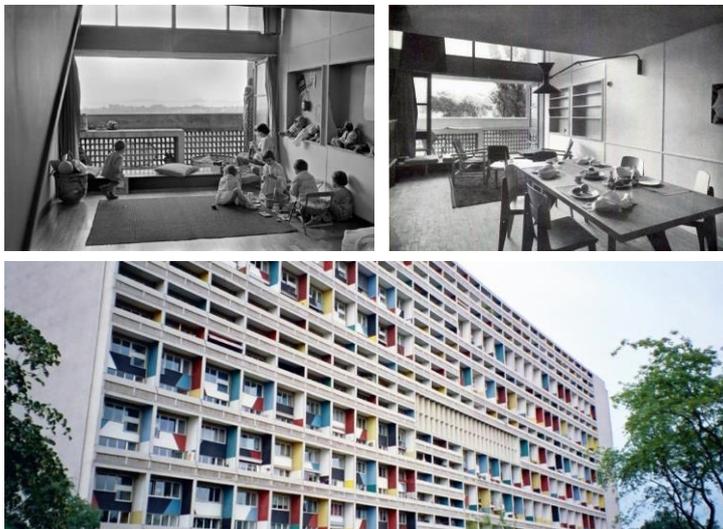
No caso da França o imposto era cobrado ao proprietário e a fuga à tributação caracterizou-se por uma solução individual com o emparedamento de janelas, modificando a

paisagem urbana de Paris em determinados pontos. Hoje, as janelas emparedadas são uma curiosidade parisiense.

As fachadas se tornam cegas à rua e, mais uma vez, remontamos a imagem da caverna com apenas entrada e poucas aberturas, as quais são disputadas por famílias de uma classe de operários urbanos dos séculos XVII, XVIII, XIX e início do século XX, que compartilham casas em estado precário.

Esta condição de escuridão e insalubridade que a falta de luminosidade e ventilação causam à vida dos habitantes era evidente e torna-se foco da crítica para aqueles que propunham mudanças radicais nas cidades e nas casas. Dentre estes críticos é importante destacar os integrantes do movimento moderno na virada do século XIX e XX.

A Bauhaus e os primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM (Mumford, 2002) preconizavam a nova casa, a moradia para os trabalhadores. Ernst May, por exemplo, já transformava em realidade esta perspectiva na cidade de Frankfurt pelos planos urbanos e casas operárias. O II CIAM em 1928, sob o tema – *Die Wohnung für das Existenzminimum* – (Apartamento para o mínimo de subsistência ou habitação mínima) e Le Corbusier com *Por uma Arquitetura*, são manifestações de libertação das janelas, que declaram o que os operários deveriam exigir, como mais e maiores janelas.



L'Unité d'habitation - Marselha, França. Le Corbusier

Fontes: Foto 1 e 2: <http://www.fondationlecorbusier.fr>; abaixo: <https://historq.wordpress.com/2012/11/23/aula-5-le-corbusier-2a-parte-1930-1960/>

As novas janelas deveriam entrar no repertório da Arquitetura e não é por menos que o edifício manifesto de Le Corbusier, *L'Unité d'habitation de Marselha*, era o modelo da modernidade pretendida, com uma única janela que se estendia por toda a unidade.

Era a revolução da luz para a classe operária francesa e um exemplo da arquitetura moderna.

Edifícios no mundo seguem a fórmula dos panos de vidro que agora compunham as fachadas nas mais diversas edificações. Nos casos em que se seguiu a fórmula corbusiana, o que separa agora as pequenas unidades de habitação social da rua é um pano de vidro que compõe a janela-parede.

A luz entra como nunca na casa operária e a intimidade é também escancarada, as histórias familiares agora são inteiras e apresentadas a todos, em uma performance cotidiana, às vezes escondida por uma cortina que se abre e fecha durante parte do dia. À noite, esta cortina se torna um teatro de sombras.

Um novo léxico estético toma conta do mundo e tem diversos representantes e, no Brasil, um outro edifício manifesto da Arquitetura Moderna, ganha a interpretação em curvas e desenho. O Copan, projeto de 1954 em São Paulo, é o exemplo de Oscar Niemeyer para a arquitetura moderna aplicada à habitação social, em pleno centro da capital paulistana.



Edifício Copan - São Paulo. Oscar Niemeyer

Fontes: <https://analisidelproyectodearquitecturaypaisaje.wordpress.com/2012/12/25/27-copan-oscar-niemeyer/>

A fachada já não era mais uma expressão qualquer e os olhos da casa, as janelas, não mais eram vistos como uma representação imagética que podia dar uma leitura humanizada ao edifício.

Parecia que a luz não saíria das casas, mas o Copan, entre tantos outros edifícios, não escapou às críticas que o movimento moderno acabou por incentivar a uma arquitetura internacional. Uma estética global que carecia de história e identidade cultural com o território em que surgia (Frampton, 2000).

A crítica contribui para algumas preocupações pragmáticas no contexto da sociedade, questionando alguns axiomas, como a janela ampla, ao evocar, na atualidade, uma releitura baseada na minimização dos custos de produção. As janelas, agora, janelas a partir de cautelosas planilhas para que não cause impacto nos valores finais de comercialização do produto/objeto casa.

A poética se perde em técnica, no processo atual de produção de cidades e moradias em que as discussões sobre a viabilidade habitacional conquista escala global, em que as disputas por espaços e localidades passíveis ao morar interferem nas ações governamentais e comunitárias, em que as diversas formas de morar tendem a uma homogeneização com o objetivo de aquisição de propriedade (Tibaijuka, 2013).

Os novos projetos reorientam a estética, compatibilizando-a com uma redução dos olhos. Tais projetos agora miram numa estética que seja viável num orçamento imediato, afastando critérios de ganhos de longo prazo que se detêm na qualidade e acesso da luz, fruição da paisagem que não ganha peso na planilha de custo.

Janelas à noite. Um fim de texto

Neste breve texto, analisou-se a janela como elo entre o dentro e o fora da casa.

No percurso foi importante identificar abordagens possíveis como a Ritmanálise (Lefebvre, 2004; Bachelard, 1988) e a Teoria do Actor-Rede (Latour, 2008), bem como reconhecer que o contributo de Elias (1993) quanto à análise de tempos longos que possibilitam uma leitura de evolução da sociedade e do processo de distinção (Bourdieu 2007) apresentam a janela como um elemento adaptável a uma representação e identificação de classe.

Não por menos que ao tomar a *Window Tax* inglesa e francesa, reconheceram-se influências importantes na origem de alguns elementos e axiomas do movimento moderno associado ao CIAM. Se, considerada esta única influência, já seria relevante a digressão inicial, entretanto empreenderam-se outras questões como a exposição e sociações que a janela permite. Exercícios de poder puderam ser encontrados, considerando o critério de avaliação de riqueza na Inglaterra durante 155 anos por contagem de quantidade de janelas, independente dos tamanhos e localidades.

Como interação em Simmel (1996) e ponto de observação social em Lefebvre (2004), poderia ser facilmente associada ao elemento de vigília social e construção de laços que Jacobs (2000) observa necessários e que foram fragilizados nos bairros sociais modernistas das cidades americanas. A janela como olho social.

Por fim, a casa e seus componentes são ricos em desafios de análise sociológica e a janela se apresentou como pertinente a uma leitura inusitada com uma evolução que se confunde com critérios de identificação de classe.

Novas janelas podem surgir como os ecrãs de nossos computadores e smartphones, mas a tradicional abertura da parede ainda tem muito que contar.

Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (1988), *A dialética da duração*. São Paulo: Ática.
- Bachelard, G. (1993), *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (2007), *A distinção*. São Paulo: Edusp.
- Carlson, R. H. (2005) A brief history of property tax. Fair and Equitable, 2. Consultado a 12 junho de 2018, disponível em <https://www.amanj.org/sites/default/files/files/Carlson.pdf>.
- Ching, F. D. K., Jarzombek, M. M.; Prakash, V. (2017), *A global history of architecture*. Hoboken, USA: John Wiley & Sons.
- Elias, N. (1993), *O processo civilizador* [Vol. 1]. São Paulo: Zahar.
- Engels, F. (2008), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Frampton, K.; Fischer, J. (2000), *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- Green, A. (2010), *The Economic History Review*, 63(1), 239-240. Consultado a 12 de junho de 2018, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27771579>.
- Godbout, J. T. (2000), *Le don, la dette et l'identité*. Paris: La Découverte
- Jacobs, J. (2000), *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jarzombek, M. M. (2013), *Architecture of first societies: A global perspective*. Hoboken: John Wiley & Sons.
- Latour, B. (2008), *Reensamblar lo social - una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial.
- Le Corbusier (1994), *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- Lefebvre, H. (2004), *Rhythmanalysis: Space, time and everyday life*. London: A&C Black.
- Marshall, L. M. (1936), "The levying of the hearth tax, 1662-1688", *The English Historical Review*, 51(204), 628-646. Consultado a 12 de junho de 2018, disponível em

https://www.jstor.org/stable/554438?seq=1#page_scan_tab_contents.

Mauss, Marcel (1988), *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

Mumford, E. P. (2002), *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, USA: MIT press.

Oates, W. E.; Schwab, R. M. (2015), “The window tax: A case study in excess burden”, *Journal of Economic Perspectives*, 29(1), 163-80. DOI: 10.1257/jep.29.1.163. Consultado a 9 de abril de 2018, disponível em <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.29.1.163>.

Platão, A. (2014), *A República*. São Paulo: Martins Fontes.

Simmel, G. (1996), “A ponte e a porta”, *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 12, consultado a 6 de maio de 2018, disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6379/19750>.

Smith, A. (2017), *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Tibajuka, A. (2013), *Building prosperity: Housing and economic development*. London: Earthscan.

Winnicott, D. W. (1988), *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.

Filmes

Arnaud, J. (1981), *Le Guerre du Feu* [Film]. França e Canadá: Jean-Jacques Arnaud.

Alfred, H. (1954), *Rear Window* [Film]. Hollywood, USA: Alfred Hitchcock.

O(s) lado(s) de fora das casas

Adelino Gonçalves, Centro de Estudos Sociais e Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
santos.goncalves@gmail.com

As casas existem sem as cidades. Aliás, são imensas as casas que existem por si só, sem urbanidade ao seu redor, além dos caminhos que servem o seu acesso e os trilhos das paisagens em que se inscrevem. Destas casas isoladas, algumas agarram-se tão intensamente a estas paisagens que o(s) seu(s) lado(s) de dentro e o(s) seu(s) lado(s) de fora se tornam indissociáveis e assim sintetizam uma relação com o mundo, construída a partir de um lugar.

Por sua vez, as cidades não existem sem as casas. Todas as atividades que fazem vibrar a vida urbana dependem delas. É dentro das casas ou nos espaços urbanos que elas conformam – no(s) seu(s) lado(s) de fora – que toda a vida urbana se desenrola. Ora precisamente porque as casas são o suporte da vida urbana, mudam no tempo. Transformam-se e inovam-se para servir melhor aquelas atividades acompanhando a sua evolução, pois perecem se não mudarem. Por isso é que a mudança está inscrita no ADN das cidades e faz com que estas sejam um processo. Que não tenham um começo, nem tenham um final, mas sejam tão só um processo. Um processo de transformações que tem lugar nos espaços social, económico e cultural e se interliga com as mudanças no espaço físico, com velocidades, ritmos e dimensões variáveis.

Destas mudanças, as mais evidentes e quiçá as menos cerebrais – porque facilmente comensuráveis – são as que acontecem no espaço físico e se traduzem no seu crescimento ou na sua renovação, ou seja, na construção de casas novas, de raiz ou em substituição de casas demolidas. Barcelona de Cerdá e Paris de Haussmann (ainda) são apoteoses históricas destes dois tipos de contributos para a mudança do espaço físico das cidades que se podem medir e registar objetivamente.

Mas há outras mudanças no espaço físico com expressões diferentes e temporalidades próprias que não são registadas como estas ou que parece que não importa registar. Umas são subtis, outras nem tanto, mas todas elas são entendidas ou aceites como “mudanças naturais”. Todas elas transformam o espaço físico, mas o resultado das mudanças que provocam não é questionado. Não intriga, nem estimula.

O envelhecimento dos materiais que revestem as casas ou a alteração das suas tonalidades devida às águas da chuva, por exemplo, são mudanças subtis encaradas com naturalidade porque se processam num tempo longo, no primeiro caso, ou apenas porque têm lugar de uma forma ocasional e temporária, no segundo. Por sua vez, as necessidades de aumento do espaço doméstico ou de trabalho, assim como o cuidado por recuperar os materiais envelhecidos ou degradados que revestem as casas, muitas vezes levam a mudanças que não são subtis e até podem perturbar o equilíbrio dos espaços urbanos que ajudaram a construir.

Porém, dentro de certos limites, nem estas mudanças causam intriga.

Por tudo isto, cabe perguntar como é que a cidade lida com a sua mudança? Porque é que a mudança do(s) lado(s) de fora das casas não é sempre razão para uma intriga? Porque é que a perturbação do equilíbrio de um espaço urbano não motiva reações? Porque é que a construção desse equilíbrio não é motivo para uma aspiração permanente para orientar o processo da cidade?

Apenas “porque sim”?

Como decorre do poema de Ruy Belo (1998: 41) que deu o mote à semana cultural da Universidade de Coimbra em 2018, o espaço físico da cidade não existiria sem (a arquitetura d)as casas: sem casas não haveria ruas, as ruas onde passamos uns pelos outros, mas passamos principalmente por nós. Ou seja, sem as casas, não haveria espaço(s) público(s) e, extrapolando, sem o(s) lado(s) de dentro das casas, não existiria(m) o(s) lado(s) de fora. Sem o íntimo, não haveria o partilhado e sem o privado, não haveria o público.

Dever-se-á então a esta indissociabilidade, o silêncio sobre as “mudanças não comensuráveis” ou as “mudanças naturais” no processo das cidades? Como se este processo fosse uma “máquina impossível”, como a de Man Ray (1920), ou uma “máquina desejante” de Deleuze e Guatari (1996)? Como se o processo da cidade fosse “maquínico”, simultaneamente determinando e sendo determinado sem que se saiba, ou se tenha mesmo que saber, que elemento ou que peça da máquina se deve controlar para que o equilíbrio do espaço físico da cidade seja uma aspiração permanente?

Mesmo não funcionando, a imagem da “máquina impossível” de Man Ray ou a “máquina desejante” de Deleuze e Guatari, não deixam de ser máquinas. Do mesmo modo, os espaços urbanos continuam a ter nomes substantivos, mesmo que alguns dos seus elementos perturbem o seu equilíbrio ou a sua identidade formal, ou seja, mesmo que alguma(s) das suas casas tenha(m) lados de fora que perturbem a coerência do conjunto. Mesmo sem equilíbrio, as ruas são ruas, ou as praças são praças.

De certa maneira, deve ser isto que explica que algumas mudanças no espaço físico das cidades não causem intriga ou não provoquem reações, pois mesmo sem equilíbrio, a substância dos espaços urbanos faz-se presente.

Mas porque é que a substância é suficiente, quando a cidade, sendo um processo, pode oferecer equilíbrio e identidade formal aos seus espaços urbanos?

Além dos exemplos referidos de silêncio sobre algumas mudanças que têm lugar nos espaços urbanos, qual é a intriga criada pelo entaipamento de vãos das casas, sabendo que isso significa que o(s) lado(s) de fora das casas deixam de ser animados por elas? De igual modo, qual é a reação suscitada pela mudança que a instalação de publicidade a produtos ou casas comerciais provoca no(s) lado(s) de fora das casas? A publicidade é uma “imposição” de um tipo específico de interesses privados, sobre os espaços comuns ou partilhados. Qual é a escala admissível para o privado se impor ao público no processo da cidade? Qual é a reação à perda de qualidade ou de conforto visual dos espaços urbanos que resulta deste tipo de mudanças? Quem é que reage e como é que reage?



Figura 1 - Estádio Cidade de Coimbra, Rua Dom João III.
Fonte: Adelino Gonçalves, 2018.



Figura 2 - Estrada da Beira, Coimbra.
Fonte: Adelino Gonçalves, 2017.

Em suma, qual é o incómodo que causa a falta de equilíbrio ou de identidade formal dos espaços urbanos, ou seja, dos espaços conformados pelo(s) lado(s) de fora das casas? Estes espaços têm um léxico que não depende dos significantes da “língua comum” que existe para os “contentores” das casas. As paredes, os telhados, as portas ou as janelas, fazem parte do léxico da arquitetura das casas, um léxico variado, mas fechado, que é partilhado com “sotaques” diferentes em função das geografias. Mas os significantes do léxico dos espaços urbanos – rua, praça, avenida, travessa, largo... – são muito diferentes. São relacionais. Não dependem individualmente dos significantes da arquitetura das casas, mas sim das relações entre todos eles, ou seja, dependem do processo com que são construídos ou reconstruídos.

Por tudo isto, o silêncio sobre certas mudanças no espaço físico nas cidades, é sinónimo de uma (certa) cultura urbana: silenciosa. Uma cultura arriscada, pois não interliga as mudanças nos demais espaços social, cultural e económico. Uma cultura arriscada porque sem mudança, não há cidade e sem projeto a mudança não é uma construção, é simples alteridade.

Referências bibliográficas

Belo, Rui (1998), “Oh as casas as casas as casas”. *Obra Poética de Ruy Belo*. Lisboa: Ed. Presença, 40-41.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1996), *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Os “sem-casa”... e depois?

José Manuel Mendes, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
jomendes@fe.uc.pt

No seu famoso ensaio *A casa ou o mundo às avessas* (La maison ou le monde renversé (Bourdieu, 1972), Pierre Bourdieu, a partir de uma reflexão sobre a cultura cabila, estabelece as bases de análise de uma economia simbólica do espaço a que chamamos casa. A casa é definida como um microcosmos onde se pode ler as relações de poder, a hierarquização do mundo social e, também, as formas de resistência pessoal e social nos diferentes lugares e momentos de intimidade ou de convívio associados a esse microcosmos. Ausentes da reflexão de Bourdieu estão as formas de poder relacionadas com o patriarcado ou o colonialismo.

A componente política da casa, ou mais concretamente do domicílio, emerge no Ocidente a partir das propostas de Montesquieu. No capítulo XXIII da sua obra *O Espírito das Leis*, intitulado “Dos espões na monarquia”, Montesquieu pergunta:

São necessários espões na monarquia? Não é a prática normal dos bons príncipes. Quando um homem é fiel às leis, cumpriu com o que deve ao príncipe. É pelo menos necessário que ele tenha sua casa como asilo, e o resto de sua conduta em segurança. (Montesquieu, 1996)

Aqui se define o princípio jurídico da inviolabilidade do domicílio, e a noção de uma sociedade civil constituída por indivíduos e famílias congregados no mote: “uma casa, uma chave”.

Como indicador da reversibilidade dos direitos adquiridos, a União Europeia implementou a partir de 1 de janeiro de 2004 o Mandado de Detenção Europeu, que permite rusgas e capturas no domicílio durante o período da noite. Este Mandado é uma consequência direta do 11 de setembro e da concretização de uma política securitária no espaço europeu. Em conformidade, a Constituição portuguesa foi alterada em 2003, permitindo rusgas policiais com mandado à noite, no período das 21 às 7h.

O princípio da inviabilidade do domicílio, proposto por Montesquieu, era, assim, consumido pela lógica securitária.

Nesta segunda parte do texto, recorro a quatro casos de pessoas e famílias afetadas pelo incêndio de junho de 2017 em Pedrógão Grande, e das várias formas que pode assumir o conceito de casa, o valor simbólico e emocional das memórias associado a esse espaço.

Caso 1

A família, depois de um dia de expectativa e de incerteza, e com o ruído inusitado do incêndio que se pressentia desde as 16 horas e que se aproximava da aldeia a uma velocidade nunca vista, decidiu abandonar a casa para um lugar mais seguro. A violência do incêndio e o fumo denso levariam ao despiste da viatura em fuga, de que resultariam a morte de uma criança e de um adulto, escapando com vida outros dois adultos.

Meses depois do ocorrido, na casa da família, que permaneceu incólume ao incêndio, todos os espaços em que a criança brincara nesse sábado à tarde continuam intactos,

intocáveis, ainda com os brinquedos espalhados pela sala de estar, e o quarto como que parado no tempo. No caso desta família, a perpetuação da memória alicerça-se na estática simbólica e material da casa.

Caso 2

O incêndio de junho de 2017 destruiu por completo a casa da família Antunes.¹ Além de um dos seus membros ter ficado gravemente ferido, permanecendo por vários dias hospitalizado, a questão premente era onde ficarem alojados logo na primeira noite e nos dias seguintes. Após a recusa de um familiar que residia na mesma aldeia de os acolher, revelando quão ténues podem ser os laços e as redes sociais, acabaram por se alojar numa casa emprestada por uma pessoa conhecida noutra aldeia próxima.

O estranhamento do espaço e do lugar conduziram à ostracização posterior no acesso aos bens gratuitamente oferecidos por muitos voluntários que se deslocaram à aldeia. E a família passou a viver uma vida paralela, em que não tocava ou utilizava os eletrodomésticos, os utensílios ou as mercearias pré-existentes na casa emprestada. A vida quotidiana ficou suspensa, à espera da reconstrução da casa perdida e do reatamento dos laços sociais e dos ritmos e rituais habituais.

Caso 3

Um cidadão inglês tinha adquirido há alguns anos, no centro da aldeia, uma casa de dois pisos de traça tradicional e em xisto, em busca de uma forma de vida alternativa, longe da agitação de uma grande metrópole inglesa onde viva anteriormente. O incêndio de junho de 2017 destruiu-lhe a casa e obrigou-o a residir em vários lugares, conforme a bondade e a disponibilidade de conhecidos e vizinhos.

Para ele, a reconstrução da casa tornou-se uma prioridade. Para sua surpresa, os apoios oficiais obrigavam à reconstrução seguindo uma tipologia pré-formatada de uma casa térrea e com um único quarto, numa lógica padronizada e adequada à composição do seu agregado familiar. Iniciavam-se, assim, negociações com as autoridades competentes para a possibilidade de utilização do apoio oficial na reconstrução integral da casa, com pagamento do valor suplementar ao estipulado pelo próprio. Estávamos perante um exemplo de diplomacia de desastre, pois todo o processo teve o acompanhamento da embaixada do país de origem e o princípio de invocação da cidadania europeia.

Caso 4

A lógica estatal de reconstrução das casas destruídas pelo incêndio é vitoriosa e heteroimposta. A família Marques também perdeu a sua casa no incêndio. O casal e um filho adulto aguardam a reconstrução da sua casa, enquanto residem numa casa de um familiar. Como aqui não impera a diplomacia de desastre, a reconstrução será seguida com aplicação de uma tipologia T2. Mas surge um contratempo. Como um dos adultos é portador de deficiência física, há necessidade de negociar a construção de uma rampa de acesso à casa e de alargar os espaços de circulação e as portas no interior da mesma para passagem da cadeira de rodas em que o mesmo se faz transportar. O sofrimento da perda original da casa

¹ Utilizamos pseudónimos para a identificação das famílias.

prolonga-se da desrealização material e simbólica de um espaço definido nas suas prioridades por outros.

Em jeito de conclusão

Os casos relatados remetem para o conceito de heterotopia, recuperado por Henri Lefebvre e numa lógica de produção de lugares ou espaços contrastantes ou mutuamente repelentes (1991: 163; 366).² Mas, mais relevante em Lefebvre é a ideia central de que os lugares podem ser sempre analisados como espaços dominados ou apropriados (1991: 164). Os espaços dominantes e dominados são transformados e mediados pela tecnologia e pelas práticas, e são fortemente marcados pela história e pelo poder político (*Ibidem*). Os espaços apropriados, que só podem ser apreendidos através de um estudo crítico do espaço, assemelham-se a uma obra de arte, embora se manifestem na sua concretude (Lefebvre, 1991: 165). Para Lefebvre o espaço apropriado é sempre um espaço de prazer.

Para Lefebvre, “Any revolutionary 'project' today, whether utopian or realistic, must, if it is to avoid hopeless banality, make the reappropriation of the body, in association with the reappropriation of space, into a nonnegotiable part of its agenda” (1991: 166).

Relevante na nossa discussão é salientar que em Lefebvre as diferenças emergem ou perduram nas margens dos domínios homogeneizados, como resistências ou como externalidades (laterais, heterotópicas, heterológicas), ou seja, o que é diferente começa sempre por ser excluído (1991: 373).

Como irão as pessoas e as famílias nos casos aqui relatados apropriarem-se dos novos espaços das suas novas casas, como os vão tornar em espaços de prazer, de significado, de identidade e de futuro? Quais os processos sociais subjacentes que permitirão a tecedura e a consolidação dos laços e das redes sociais?

Referências bibliográficas

Bourdieu, Pierre (1972) “La maison ou le monde renversé”, in *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois essais d' ethnologie kabyle*. Paris: Librairie Droz, 45-59.

Lefebvre, Henri (1991) *The Production of Space*. Oxford, UK: Blackwell.

Montesquieu (1996) *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes [1748].

² Lefebvre propõe uma tipologia com três tipos de lugares ou espaços: isotopias, ou lugares ou espaços análogos; heterotopias, ou lugares ou espaços contrastantes ou mutuamente repelentes; e, utopias, ou lugares ou espaços investidos pelo simbólico e pelo imaginário (1991: 163; 366).

A rua e a casa, que relação?

Graça Índias Cordeiro, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
graca.cordeiro@iscte-iul.pt

Na apresentação que Roberto DaMatta, antropólogo brasileiro, faz da reedição em 2003 da obra clássica de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos* (1939), elege a casa “como categoria sociocultural, agência de sentimentos e instituição económica” que se constitui como o ponto de partida analítico para pensar as noções nativas de ‘casa’ e ‘rua’, usando-as como “portas e janelas para traduzir o sistema brasileiro” (DaMatta, 2003: 17). A casa, seja a casa-grande mais rural ou o sobrado mais urbano é, neste sistema, mais do que local de moradia; é a “escola, igreja, banco, partido político, hospital, casa comercial, hospício, local de diversão, parlamento, restaurante e o que mais se queira...”, isto é, “uma instituição sem rival na sociedade brasileira” (idem: 18). Como bem refere Gilberto Freyre nesta obra: “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua (Freyre, 2003: 139). Na sua interpretação, Roberto da Matta insiste em que a verdadeira oposição à noção brasileira de ‘casa’ seria, mais do que o mucambo ou a favela, a rua, como polo de vida pública e política, regida por regras em tudo diferentes das que existem no espaço doméstico da casa. Antes do mais, a rua é o lugar em que a ‘pessoa’ da casa se transforma em “indivíduo-cidadão” (DaMatta, 2003: 13).

É o mesmo DaMatta quem afirma na sua obra, também ela já clássica, *A casa & a Rua*, o seguinte:

Casa e rua são categorias sociológicas (...) que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados (...) capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (...) se a casa está, conforme disse Gilberto Freyre, relacionada à senzala e ao mocambo, ela também só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua. (DaMatta, 1987: 15-16)

Foi este o desafio que aceitei do meu colega e amigo Carlos Fortuna, para participar nesta conversa em torno das casas vistas de dentro e de fora: olhar a relação casa/rua como uma boa relação para pensar o plural das nossas cidades (Fortuna & Leite, 2009) nos seus diferentes usos e representações. Ou, por outras palavras, pensar a rua e a casa em conjunto, na indissociabilidade de uma relação, mostra que são as casas que dão a estrutura e o sentido às ruas. Uma rua é feita de casas, de edifícios que podem assumir a forma de prédios, vivendas, barracas, ou outras formas de habitat, pelo que não conseguimos pensar casa e rua de forma separada e oposta.

Começemos, pois, por falar da rua.

As cidades têm sido preferencialmente olhadas através do seu espaço público, sendo as ruas, avenidas, praças, jardins, alguns dos pontos centrais desta atenção sobre a sua vida social. Não apenas as ruas e praças a céu aberto têm suscitado interesse, como também outros espaços públicos e semipúblicos abertos aos habitantes e visitantes, nas modalidades próprias de convivialidade, comensalidade ou outros prazeres sensoriais, normalmente associados ao tempo livre, lúdico e de lazer, tão característicos da vida cidadina. Mercados, lojas, cafés, restaurantes, tabernas, livrarias, salas de concerto, museus, bibliotecas, ginásios, são apenas

alguns dos tipos de ‘casas’ que prolongam, de certa forma, o espaço público urbano, alimentando sociabilidades urbanas de vários tipos. A rua representada como espaço de sociabilidade pública é já um dado adquirido, apesar das diferenças nacionais, regionais, locais das suas imagens e representações.

A este propósito, relembro o texto de Tim Sieber, antropólogo norte americano, que bem mostra o contraste entre a visão negativa da ‘vida de rua’ associada à marginalidade, pobreza e delinquência, na tradição científica e literária norte-americana, e uma visão mais positiva das sociabilidades urbanas construídas em torno da ideia de ‘rua tradicional’ como espaço polifuncional de muitas atividades e relações, na Europa do Sul, com particular atenção para a cidade de Lisboa (Sieber, 2008).

Efetivamente, a rua tem sido um dos elementos fundamentais na definição da identidade de cada cidade, com uma função icónica relevante na sua representação. É um dos espaços urbanos mais importante, porventura o mais visível de todos, o espaço por definição da diversidade social e cultural urbana composta por uma variedade infinita de tipos sociais que fascinam os que se deleitam a olhar e observar a cidade. É pelas ruas que a cidade se vai conhecendo. A descrição das cidades começa com a descrição da sua população tal como ela se dá a ver no espaço público da rua: quem nela vive, quem a percorre, que atividades ela acolhe, o que se festeja e como, o que ela representa. A rua impõe-se, sempre, com a sua paisagem diversificada, também ao nível sensorial, particularmente enaltecida nas áreas antigas das cidades com mais história... Acresce o facto de que a rua é, simultaneamente, um dos mais poderosos instrumentos de descrição e conhecimento das cidades – da sua história, das suas vivências, do seu pulsar – pois é através delas que, para lá do deleite que proporciona a sua observação, que as cidades se dão a conhecer de um modo mais completo e unificador, como espaço de circulação e como orientação do crescimento urbano, tornando-as inteligíveis. Neste sentido, podemos afirmar que a rua pode ser entendida como um ‘topos estruturante das próprias cidades’ (Cordeiro, 2007).

Ora... as ruas são feitas de casas, seja qual for o tipo e função das mesmas.

A ligação entre ambas é física, moral, social, cultural. De entre as múltiplas dimensões que podemos encontrar nesta relação, eu gostaria de me deter sobre um dos seus planos mais invisíveis e menos explorados, que é o que se constitui em torno de uma miríade de relações de nível mais comunitário ou, até, familiar, fazendo com que esta sociabilidade ‘de rua’ seja mais intimamente dependente da vida doméstica das casas e suas vizinhanças, fazendo com que a própria distinção entre público/privado perca, em muitos casos, pertinência e, até, sentido.

Para isso, gostaria de revisitar, em forma de quase apenas referências, dois textos que trabalham algumas subtilezas desta ligação e, assim, nos ajudam a refletir sobre a complexidade de uma relação, para lá da oposição dual sempre tão referida polarizando (e purificando) o contraste público/privado. A morada como forma de identificação socialmente construída (Vidal, 2008) e a apropriação comunitária da rua através de rituais religiosos (Cachado, 2008). Ambos os textos estão publicados no mesmo livro-coletânea sobre a rua (Cordeiro e Vidal, 2008) que inclui o texto de Tim Sieber anteriormente citado.

Do lado da história, Frédéric Vidal mostra como a identificação da *morada* em Lisboa foi socialmente construída através de diferentes práticas de negociação ao longo do século XIX. A partir de uma análise que cruza diferentes fontes, tais como a organização da posta domiciliária” as declarações em registos paroquiais e a perceção do espaço em textos literários, o autor mostra como os domicílios são pontos fulcrais de um processo de negociação que vai dando forma à ideia de rua, central na organização racional do espaço urbano novecentista, através da constituição de moradas, ajustando os ‘modelos normativos’ e ‘lógicas de tipo comunitário’ (Vidal, 2008).

Do lado da antropologia, Rita Cachado analisa etnograficamente as práticas hindus do bairro da Quinta da Vitoria (Loures), um bairro *de barracas* parcialmente destruído, e o modo como uma rua particular, na fronteira entre este bairro precário e o bairro social de realojamento contíguo, se torna particularmente visível através da ritualização cíclica em torno de duas celebrações, o *holi*, no final do Inverno, e o *janmastami*, no Verão. Através destes rituais, a rua, que se encontra numa fronteira entre bairros e entre concelhos (Loures e Lisboa), surge como uma ligação entre “as casas e o templo”, ilustrando a íntima relação que existe entre o espaço mais público da rua/bairro e o espaço mais doméstico da casa (Cachado, 2008).

Estas duas pesquisas dialogam com uma outra pesquisa sobre Lisboa que, através do estudo histórico e etnográfico das festas dos ‘santos de junho’ num dos bairros mais antigos de Lisboa, a Bica, mostra como as casas se apropriam da rua, revelando a imbricação de relações familiares e de parentesco com as relações de vizinhança, numa tessitura emaranhada de afinidade, solidariedades e conflitos que dão identidade ao território mais público da rua e do bairro (Cordeiro, 1997).

Regressando à citação inicial de Roberto DaMatta, posso, então, dizer que o mesmo desafio que nos leva a pensar a relação entre casa e rua, leva-nos, igualmente a pensar a cidade a partir desta relação. Tanto a rua como a casa são duas ‘espécies de espaços’ (Pérec, 1974) pequenas, fragmentares, confinadas a certas fatias de território que nos ajudam a decompor essa entidade complexa que é a cidade em unidades mais próximas dos cidadãos. A ligação entre a casa e a rua ajuda-nos, pois, a chegar ao terceiro elemento, ao cidadão que é quem estabelece uma ligação entre ambas, esta relação nos dá uma visão de pormenor sobre as cidades, mais relacional e, por isso, mais dinâmica.

Referências bibliográficas

Cachado, Rita d’Ávila (2008), “Entre as casas e o templo, a rua: comunidade hindu e interações de bairro”, in G.I. Cordeiro e F. Vidal (org.), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 129-142.

Cordeiro, Graça I. (1997), *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.

Cordeiro, Graça I. (2007), “Entre a rua e a paisagem. Reflexões em torno da urbanidade de Lisboa”, *Ler História*, 52: 57-72

Cordeiro, Graça I.; Vidal, Frédéric (org.) (2008), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cordeiro, Graça I.; Vidal, Frédéric (2008), “Introdução”, in G.I. Cordeiro e F. Vidal (org.), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 9-16.

DaMatta, Roberto (1987), *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.

DaMatta, Roberto (2003), “O Brasil como morada. Apresentação para Sobrados e mucambos”, in Freyre, Gilberto (2003) [1939], *Sobrados e mucambos. Decadência patriarcal rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora, 11-22

Fortuna, Carlos; Leite, Rogério (2009), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina

Freyre, Gilberto (2003) [1939], *Sobrados e mucambos. Decadência patriarcal rural e desenvolvimento do urbano*. [14ª edição] São Paulo: Global Editora.

Pérec, Georges (1974), *Espèces d'Espaces*. Paris: Galilée.

Sieber, Tim (2008), “Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa”, in G.I. Cordeiro e F. Vidal (org.), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 47-64.

Vidal, Frédéric (2008), “A rua como lugar de referência: identificando domicílios em Lisboa”, in G.I. Cordeiro e F. Vidal (org.), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 65-78.

A casa despida*

Paulo Peixoto, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
pp@uc.pt

A Internet das coisas é como a invenção da sanita. Não muda os hábitos das pessoas. Apenas as mantém dentro de casa. De uma outra casa.

Cerca de 4 anos antes de eu ter nascido, Alfred Hitchcock disse, no *New York Journal-American*, que a televisão – à época, a caixa que tinha chegado para mudar o mundo – representava a mesma coisa que a invenção da sanita, na exata medida em que não vinha mudar os hábitos das pessoas, servindo apenas para as manter dentro de casa. Mais de meio século depois, poderíamos “nuanciar” a frase de Hitchcock para a adaptar aos dias que correm, onde a Internet das coisas se substituiu à televisão como instrumento que vem mudar o mundo. Ainda que seja exagerado assumir que a televisão e a Internet das coisas não vieram mudar os hábitos das pessoas, interessa-nos, neste texto, reter a analogia para discutir o estatuto da casa no contexto da mudança das noções de ‘íntimo’, de ‘privado’ e de ‘público’. Para encerrar a dimensão ‘escatológica’ já neste primeiro parágrafo, reiteramos apenas, como lembra Monique Eleb (1995) em “A fronteira móvel entre a vida privada e a vida pública na casa”, que a designação de ‘privada’ atribuída ao WC se deve precisamente ao facto de, não obstante a progressiva individualização dos espaços domésticos, se tratar do único lugar onde realmente estamos sozinhos. Esse processo civilizacional que traz consigo as noções de íntimo e de privado, no seio do qual a casa desempenha um papel central, tem sido amplamente discutido nas ciências sociais (Duby e Ariés, 1990; Elias, 2006; Mattoso, 2011a, 2011b).

A casa despida, a que me refiro neste texto, é a casa que se mostra e, mais que isso, a casa que se expõe. A casa que se despe, sobretudo, através dos dispositivos tecnológicos que invadem as nossas vidas quotidianas com promessas de reforço do conforto doméstico e que nos acompanham em cada movimento e em casa inação. Que registam o nosso ‘respirar natural’ e os nossos ‘sinais vitais’, quase inconscientes, traduzindo-os em ‘dados’, mesmo enquanto dormimos. É a domus da domótica, do controlo automatizado, que permite ‘simplificar as nossas vidas trazendo conforto e segurança’. É a casa da inteligência artificial que, através da Internet que está cada vez mais em todas as coisas, transfere para os objetos do nosso quotidiano o poder de gestão dos nossos comportamentos. A casa despida redefine as linhas de fronteira entre público e privado. Torna fluidas, senão desajustadas, as noções de ‘dentro’ e de ‘fora’.

As décadas que nos aguardam vão ser formatadas e condicionadas pela recolha de dados (Klous e Wielaard, 2016). A revolução digital em curso não vai apenas trazer mais

* Este texto reproduz, com adaptações, mantendo o tom coloquial, a apresentação oral proferida em “As casas vistas de dentro e de fora”. Evento integrado na 20ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra [Oh as casas]. FEUC, 12 de abril de 2018.

informação para as nossas vidas, maior velocidade de ligação e uma acrescida dependência de memórias externas. Ela está a conduzir-nos para um estado de docilidade, dir-se-ia de servidão voluntária (Vion-Dury, 2016), de uma transparência ‘nudificante’, cujo resultado final é o desaparecimento da vida privada e a renúncia irreversível à nossa liberdade individual. A Internet das coisas está sobretudo apostada em invadir e em tomar conta dos espaços de preservação da privacidade e de culto da intimidade (a casa, o automóvel, os dispositivos pessoais eletrónicos móveis...), uma vez que é aí que se pode recolher a informação crítica que é potencialmente geradora de maior valor de mercado.

Do ‘quem cala consente’ estamos a passar ao ‘quem fala consente’, pois é quem mais fala (seja de que forma for) na Internet que mais acaba por ter de consentir. ‘Ter de consentir’ é uma expressão que adquire particular relevância. Consentimos em relação à política de privacidade dos sites em que navegamos. Aceitamos facilmente conceder todas as autorizações que nos são pedidas pelas aplicações que descarregamos para os nossos dispositivos eletrónicos móveis. Validamos termos e condições de tudo e de mais alguma coisa. Compramos cada vez mais, não apenas produtos, mas objetos ligados em rede que trazem consigo cedências voluntárias de invasão da nossa privacidade. Paradoxalmente, nessa sociedade do consentimento, quanto mais somos chamados a consentir, menos nos preocupamos com aquilo que consentimos (Peixoto, 2017).

É uma sociedade em que o direito de uso traz consigo a contrapartida do consentimento, uma vez que se está progressivamente a substituir o custo financeiro pelo consentimento explícito. Não consentir significa quase sempre não poder usar. Mas essa contrapartida converte o desejado e socialmente valorizado ‘poder de partilhar’ no incontornável dever de partilhar. Uma vez que na sociedade da Internet das coisas o consentimento se torna obrigatório, assistimos a uma crescente banalização do ato de consentir. Consentimos cada vez mais leviana e acriticamente. A questão é que, nessa imprudência, o preço que pagamos por aquilo que consentimos se torna aparentemente irrelevante perante o poder e a liberdade de usar ‘sem pagar’ (*idem*). Esta é a sociedade em que estão a ser socializadas as novas gerações. Que essa levandade ocorra nos espaços da intimidade, sob a proteção da crença que ‘a nossa casa é o nosso castelo’, é algo que revela, por um lado, a leveza e a ausência de sentido crítico das nossas condutas e, por outro lado, o poder adquirido pelas forças que se apoderam da privacidade dos indivíduos.

Para refletir sobre a ideia da casa despida, podemos perguntar-nos em que circunstância é apropriado qualificar um espaço como doméstico? Se a ‘casa’ ainda é, ou se é sempre, sinónimo de espaço privado? Se o ‘estar em casa’ remete apenas para a intimidade, para o ‘dentro’? Que relações devem existir entre o dentro e o fora para que o espaço seja habitado em situação percecionada de bem-estar, para que o possamos representar e praticar como um ‘estar’ ou um ‘sentir-se em casa’? (Bryson, 2010; Dugain e Labbé, 2016)

Se a televisão domesticou a vida, levando-a para dentro de casa, a Internet das coisas está a fomentar a fragmentação, a ductilidade e a supressão do espaço doméstico a um nível sem precedentes. As tecnologias do quotidiano individualizam os comportamentos e o espaço doméstico é crescentemente produzido por estratégias de individuação. O espaço doméstico da casa despida é uma construção pessoal. Um mesmo espaço, como uma casa, ou uma sala, pode incluir vários espaços domésticos, sem nunca ser necessariamente o mesmo espaço doméstico. O seu carácter interativo exacerba a paradoxal simultaneidade do ‘dentro’ e do ‘fora’, do ‘perto’ e do ‘longe’. Num mesmo momento, podemos partilhar um mesmo espaço físico restrito ao mesmo tempo que emergimos numa sociabilidade intensa que está muito fora dele. E uma contiguidade espacial não impede que a forma preferencial da interação seja a mediada pelos dispositivos tecnológicos móveis. Nesse contexto, o espaço doméstico não desaparece, mas é indelevelmente suprimido. Acresce que o uso e a gestão do espaço

doméstico através da tecnologia, que torna os dispositivos menos uma peça tecnológica e mais uma extensão ou um substituto do cérebro, coloca-nos crescentemente a funcionar em piloto automático no espaço doméstico. E a casa participa cada vez mais na cultura do piloto automático que enquadra a Internet das coisas.

No dia-a-dia, quando estamos em piloto automático, contornamos inconscientemente, ignorando-os, os objetos e as pessoas. Mas na casa da Internet das coisas, são os objetos silenciosos e inteligentes que, crescentemente, nos contornam a nós ou que escolhem a oportunidade da interação. Para configurar um novo espaço doméstico, juntam-se a eles os objetos falantes. A Alexa, o Google Assistant, a Siri, o Cortana, que se insinuam como instrumentos de gestão e de organização do espaço doméstico, não são apenas instrumentos que nos permitem estar ‘dentro’ quando estamos ‘fora’, e vice-versa, são também agentes ativos de usurpação da privacidade, ao serviço das grandes empresas que se alimentam da indústria da Internet das coisas. A casa despida está povoada das chamadas entidades comunicantes que dão forma a uma espécie de aldeia eletrónica. São objetos banais do nosso quotidiano. Lâmpadas, cadeiras, caixotes do lixo, cafeteiras elétricas, contadores da eletricidade, aspiradores inteligentes. Objetos que comunicam cada vez mais entre eles mesmos. E comunicam coisas sobre os comportamentos humanos. São uma espécie de companheiros, de esposos digitais que fomentam a digitalização do real, despindo as casas. Na casa despida, o eletrónico engole o real, como um universo em expansão, que canibaliza tudo à sua volta (Dugain e Labbé, 2016).

Na sociedade dos *Big Data*, em cada momento das nossas vidas, estamos a gerar informação, sobre a nossa saúde, os nossos consumos, as nossas interações, o nosso estado de espírito, os nossos desejos (...) sobre tudo o que fazemos. Em cada gesto estamos a gerar dados que são recolhidos, tratados, organizados. Como sabemos, a mobilidade e a privacidade sempre foram dois dos maiores inimigos da recolha e da precisão dos dados. Por isso, é esse o espaço estratégico da Internet das coisas. E é por isso que o piloto automático é o desiderato que as empresas dos Big Data almejam consagrar nos carros e nas casas. Porque a sociedade dos Big Data alimenta-se da destruição do lado imprevisível da vida em sociedade. Como salientam Dugain e Labbé (2016), as GAFAs (Google, Apple, Facebook e Amazon) procuram vender-nos a ilusão de que nunca estamos sós, uma vez que estamos ligados em rede. Para questionar esse argumento, os autores citam a socióloga americana Sherry Turkle, que escreveu o livro *Alone Together*, concordando que o sentimento de ligação permanente trazido pela hiperconectividade nos deixa cada vez mais fechados num universo virtual, onde estamos todos juntos, mas cada vez mais sozinhos. Porque, ao contrário das aparências, a rede não fez aparecer novas solidariedades. Com poucas exceções, a regra é cada um na sua bolha (*apud* Dugain e Labbé, 2016).

A casa não é só um albergue de bolhas onde se concentram os rastros da nossa pegada digital. É também o *locus* de manifestação de uma nova anomia. Atualizando Durkheim, diríamos que esses lugares, a começar pela casa – onde estamos ‘juntos, mas cada vez mais sozinhos’ –, são locais de refúgio para respostas anómicas daqueles que enfrentam situações para as quais as formas tradicionais de organização social já não oferecem soluções. O colapso do mercado de trabalho, as dificuldades de acesso ao crédito, o regresso [ou a saída tardia d]a casa dos progenitores, entre outros constrangimentos, configuram uma nova realidade não redutível a uma mera acumulação de casos individuais. O Japão, por exemplo, tem vindo a preocupar-se com uma nova patologia social que ganha foros de um problema de saúde pública. Os hikikomori (que significa ‘isolado em casa’) designam um comportamento de extremo isolamento doméstico, marcado por uma superficial ligação ao mundo através da mediação tecnológica, que afeta os jovens que têm entre 15 a 39 anos, e que decidem afastar-

se completamente da sociedade, de modo a evitar o contato com outras pessoas (Furlong, 2008).

A casa despida dá origem a uma aldeia digital. Como lembram Dugain e Labbé (2016), o uso intensivo de tecnologias faz-nos entrar na era da vigilância total. A vida privada passa a ser encarada como uma anomalia. Porquê lamentar, então, o seu desaparecimento? Empresas como a Google tranquilizam-nos argumentando que a aldeia digital não é pior que as aldeias de outrora, onde todos sabiam da vida de todos. Não deixa de ser verdade, desde que não esqueçamos que nas aldeias de outrora, cada um conhecia quem o vigiava, havendo uma reciprocidade na vigilância. Além disso, esta espécie de autovigilância era imperfeita. Não estava em todo o lado, nem em todos os momentos. A aldeia digital, está ancorada numa espionagem invisível, massiva, permanente e infalível, na qual todas as informações são centralizadas por uma potência desencarnada e onisciente (*idem*). Dela fazem parte, cada vez mais integrados no sistema doméstico, os carros autónomos concebidos para circular em cidades inteligentes, o mobiliário urbano inteligente, assim como os drones que se preparam para gerir o sistema de entregas ao domicílio. Byung-Chul Han (2014) retrata a aldeia digital como um “panóptico digital”, cujos habitantes se sujeitam voluntariamente a uma transparência que dá origem a um “mercado onde se expõem, vendem e consomem intimidades” (*idem*, 53). Se aceitarmos esta leitura ‘benthamiana’, a casa é a prisão.

Dugain e Labbé (2016) retratam uma realidade que nos mostra que a transparência total da aldeia eletrónica e da casa despida faz parte de uma nova forma de Inquisição. O que significa ser transparente, perguntam? Os promotores da aldeia eletrónica promovem uma confusão intencional entre honestidade e transparência. A questão que temos de nos colocar é se a única forma de tornar as pessoas honestas é colocá-las em vigilância 24 horas por dia? Se respondermos que sim, então a casa despida pode ser o instrumento da honestidade totalitária. Como nota Han (2014), esse é o sinal mais claro que a obsessão com a transparência traduz o desaparecimento da confiança mútua que regulava as relações nas aldeias de outrora. Mas, mesmo que nada tenhamos a esconder, por que razão é tão fundamental preservar um espaço onde os outros não têm o direito de olhar e de ouvir? O valor social da vida privada reside na necessidade que todos temos em “saber algo que os outros não sabem. É aquilo que ninguém sabe sobre nós que nos permite conhecer-nos a nós próprios” (Don DeLillo *apud* Preston 2014). Preston acrescenta que sem intimidade não há imaginação e que estamos condenados a seguir meros instintos de sobrevivência. Citando Josh Cohen, advoga a necessidade de preservação da vida privada, porque é a privacidade que “garante que nunca somos totalmente conhecidos pelos outros ou por nós mesmos, [e que] oferece um abrigo para a liberdade imaginativa, a curiosidade e a autorreflexão”.

A casa despida é uma casa que se veste, cada vez mais, com uma roupagem adequada ao *striptease*. O que as antecâmeras fomentaram na arquitetura das casas (a proteção dos espaços mais íntimos, desempenhando o papel de filtro entre níveis espaciais de intimidade) está hoje a ser desfeito pelas câmaras e pelo olho eletrónico e sensível. Multinacionais como a IKEA estão hoje a fomentar alianças estratégicas com os tubarões da Internet das coisas. Esses tubarões estão cada vez menos dependentes das portas de entrada ‘tradicionais’ da casa despida (o computador, o telemóvel ...) porque as coisas que vão entrando nas casas multiplicam as portas e janelas por onde penetra o olhar perscrutante do panóptico digital. A coleção *Home Smart*,¹ da IKEA, não é apenas mais uma linha de mobiliário. A Amazon não

¹ Não deixa de ser relevante assinalar que a designação da tecnologia (tecnologia Qi – na qual se ancora a Internet das coisas) a partir da qual a IKEA desenvolve a sua linha *Home Smart* se baseie numa palavra chinesa (Qi), cujo significado é ‘fluxo de energia’.

entrega apenas coisas lá em casa. Entrega, preferencialmente, aquelas coisas que fazem parte da Internet das coisas. A sua, recentemente criada, linha de móveis e de decoração (a *Rivet e a Stone & Beam*) não é apenas uma estratégia para diversificar a sua presença no setor do retalho. É também, e sobretudo, o ‘cavalo de Troia’ onde galopa a Internet das coisas. A *Android Things* é uma das novas fronteiras da Google, visando gerar e agregar mais informação que a política do perfil único, para interligar e conectar dispositivos dentro e fora de casa. Casas inteligentes, edifícios inteligentes, sensores, monitores, câmaras, sistemas de alarme levar-nos-ão à próxima etapa da Internet das coisas: as cidades verdadeiramente inteligentes.

No panóptico digital, a casa despida torna-se uma prisão sem grades. Nela, onde os objetos obedecem ao nosso dedo, à nossa voz, ao nosso olhar, para realizar os nossos desejos, cada movimento é detetado e lido de uma maneira estruturada. Nela, os indivíduos que a habitam vivem cada vez mais em células isoladas umas das outras. Ao contrário do panóptico de Bentham, podem comunicar e ver-se entre si. Mas, frequentemente, transferem a comunicação para o ciberespaço e o campo do visual plasma-se nas relações pautadas pelo piloto automático. Como salienta Han, não são propriamente prisioneiros, mas “vivem na ilusão da liberdade. (...) expõem-se e revelam-se a eles próprios, voluntariamente. A autoexposição ilumina mais eficazmente do que a exposição por ação de outrem” (2016: 86). Han estabelece uma analogia entre a autoexposição e a autoexploração para argumentar que a autoexposição (como a autoexploração) é mais eficaz que a exposição (ou seja, a exploração), uma vez que se funda num sentimento de liberdade e na inconsciência da coação externa. “Na autoexposição coincidem a exibição pornográfica e o controlo pan-ótico (...) [e] o medo de ter de se renunciar à esfera privada e à intimidade é substituído pela necessidade de uma exibição sem vergonha (...), [sendo impossível] distinguir-se a liberdade e o controlo” (*idem*). Na casa despida, a exibição pornográfica antecipa o efeito da vigilância. Como no panóptico de Bentham, basta a suposição da existência de um guarda para gerar comportamentos de subordinação. Por isso, mostramos antes de sermos vistos.

Referências bibliográficas

- Bryson, Bill (2010), *At Home: A Short History of Private Life*. Londres: Random House.
- Duby, Georges; Ariés, Philippe (1990), *História da Vida Privada - Vol. V*. Porto: Afrontamento.
- Dugain, Marc; Labbé, Christophe (2016), *L’homme nu - La dictature invisible du numérique*. Paris: Plon.
- Elias, Norbert (2006), *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote.
- Furlong, Andy (2008), "The Japanese Hikikomori Phenomenon: Acute Social Withdrawal among Young People", *The Sociological Review*, 56 (2): 309-325.
- Han, Byung-Chul (2016), *No enxame. Reflexões sobre o digital*. Lisboa: Relógio de Água.

Han, Byung-Chul (2014), *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio de Água.

Klous, Sander; Wielaard, Nart (2016), *We Are Big Data: The Future of the Information Society*. Amsterdão: Atlantis Press.

Mattoso, José (ed.) (2011a), *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, José (ed.) (2011b), *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores.

Peixoto, Paulo (2017), "Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento", *Educação*, 40 (2): 150-59.

Preston, Alex (2014), "The death of privacy". *The Guardian*, 3 de agosto de 2014. <https://www.theguardian.com/world/2014/aug/03/internet-death-privacy-google-facebook-alex-preston>.

Vion-Dury, Philippe (2016), *La nouvelle servitude volontaire: Enquête sur le projet politique de la Silicon Valley*. Limoges: FYP EDITIONS.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

